

Cooperação Sul-Sul, caso da Guiné-Bissau e China: Uma análise da Cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em Obras e Infraestruturas

Silvestre Mango

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Clara Carvalho, Professora associada,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Departamento de Ciência Política e políticas públicas

Cooperação Sul-Sul, caso da Guiné-Bissau e China: Uma análise da
Cooperação para o desenvolvimento a partir de investimentos em Obras e
Infraestruturas

Silvestre Mango

Mestrado em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Clara Carvalho, Professora associada,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradecer a Deus, o centro de tudo, e por ter permitido realizar este trabalho.

Aos meus pais pela educação e apoio de sempre. Não poderia deixar de agradecer a todos meus professores do mestrado em Estudos Africanos pelo conhecimento adquirido ao longo deste percurso, em particular à minha orientadora, a professora Doutora Clara Carvalho por um abnegado espírito profissional, traduzível na paciência, nos conselhos, nas instruções dadas e, sobretudo por colocar o seu tempo à minha disposição, para acompanhar-me ao longo deste trabalho.

As minhas palavras de gratidão e reconhecimento são ainda extensíveis a toda a família Mango, sobrinhos, aos meus amigos, Whaines, Sumana, Besna, Lilísio, Marciano e Passim que sempre acompanharam me nesse árduo caminho.

Meu muito obrigado a todos os entrevistados pelos conhecimentos partilhados durante a realização deste trabalho académico.

Ao Departamento da Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP), Iscte-Iul.

Por fim, gostaria de agradecer aos meus colegas de curso pelos momentos bons que passamos, pelas experiências e conhecimentos que partilhamos.

DEDICATÓRIA

Dedico a presente dissertação, em especialmente à minha querida irmã Deonisia, a quem devo tudo. Alias, sua ajuda e apoio foram muito importantes para mim. Muito Obrigado! Com todo o carinho e de coração eu agradeço, e para sempre a minha gratidão será sua.

RESUMO

A presente dissertação aborda as relações políticas, económicas e sociais entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China, bem como os investimentos deste País Asiático na Guiné-Bissau, nomeadamente na área das Obras e Infraestruturas. A pesquisa mostra que as relações diplomáticas entre a República Popular da China e Guiné-Bissau remontam aos primórdios da época gloriosa da luta armada de Libertação Nacional terminada em 1974, ano em que o País africano logrou a independência. A China e a liderança política do PAIGC tiveram as primeiras aproximações nos anos 1960 e, desde 1975 até a data presente, com exceção do período da suspensão da sua relação diplomática entre 1990 e 1998, as áreas de cooperação com a República Popular da China, concentraram-se na construção de infraestruturas, reforços de capacidades institucionais, apoios financeiros, concertação política no quadro Bilateral bem como Organismos Internacionais. Ainda neste trabalho, discutiram-se as questões ligadas à interrupção das relações políticas entre guineenses e chineses. Fez-se igualmente uma análise sobre a política chinesa em relação a Guiné-Bissau e os interesses em jogo.

O objetivo geral desta dissertação é procurar conhecer o estado da Cooperação bilateral entre a Guiné-Bissau e China e identificar os seus impactos. O objetivo específico consiste em compreender as razões pelas quais esta relação tem se fortalecido mais no sector das Obras e Infraestruturas.

Esta dissertação procura fazer um balanço daquilo tem sido a cooperação bilateral entre guineenses e chineses, compreender quais os maiores desafios dessa Cooperação sino-guineense e analisar os impactos da cooperação chinesa no sector de infraestruturas para o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau. Por último, a pesquisa demonstra a forma como as relações mantidas entre a Guiné-Bissau e China se têm ampliado e implementado dinâmicas importantes para o desenvolvimento do País.

Palavras-chave: Relações diplomáticas, económicas e comerciais, Obras, Infraestrutura, Desenvolvimento, Guiné-Bissau-China, Cooperação Sul-Sul.

ABSTRACT

This dissertation addresses the political, economic, and social relations between the Republic of Guinea-Bissau and the People's Republic of China, as well as the investments of this Asian Country in Guinea-Bissau, namely Works and Infrastructure. The research shows that diplomatic relations between the People's Republic of China and Guinea-Bissau date back to the early days of the armed struggle, for conducting to the National Liberation in 1974, the year in which the African country achieved independence. China and the political leadership of the PAIGC had the first approaches in the 1960s. However, from 1975 to the present date, except for the period of suspension of diplomatic relations between 1990 and 1998, the areas of cooperation with the People's Republic of China are mainly concentrated in the construction of infrastructures, institutional capacity building, financial support, political consultation in the bilateral framework and international organizations. Still in this work, we discussed the issues related to the interruption of political relations between the Guineans and the Chinese. An analysis was also made of the Chinese policy towards Guinea-Bissau and the interests at stake.

The general objective of this dissertation is to understand the state of bilateral cooperation between Guinea-Bissau and China and consequently identify its impacts. The specific objective is to understand the reasons why this relationship has strengthened more in the Works and Infrastructure sector.

This dissertation seeks to take stock that what has been the bilateral cooperation between Guinea-Bissau and China, understand what the biggest challenges of this Sino-Guinean cooperation are, and analyze the impacts of Chinese cooperation in the infrastructure sector for the economic development of Guinea-Bissau. Finally, the research demonstrates how the relationships between Guinea-Bissau and China have been expanding and gaining important dynamics for the development of the African country.

Keywords: Diplomatic, economic, and commercial relations, Works, Infra-structures, Development, Guinea-Bissau, China, south-south cooperation.

Índice

RESUMO	III
ABSTRACT	IV
INDICE	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	VII
INTRODUÇÃO	1
1. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	3
CONTEXTO HISTÓRICO DA COPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO	3
O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	5
COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO	6
2. QUADRO POLÍTICO DA GUINÉ-BISSAU	8
UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU	8
2.2 A INDEPENDENCIA, A ROTURA COM CABO-VERDE E O FIM DO MONOPARTIDARISMO	10
2.3. A GUERRA CIVIL DE 1998 E A TRANSIÇÃO POLÍTICA	13
3. A INSERÇÃO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	16
A GUINÉ-BISSAU E AS AGÊNCIAS FIANANCEIRAS DE BRETTON WOODS NO CONTEXTO PÓS- INDEPENDÊNCIA	16
UM BREVE ENQUADRAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA GUINEENSE	18
AS RELAÇÕES REGIONAIS E MULTIFACETAS DA GUINÉ-BISSAU CPLP, CEDEAO E U.E.	20
O LUGAR DA GUINÉ-BISSAU NO SISTEMA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	22
4. A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A GUINÉ-BISSAU	25
A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HISTÓRIA E CULTURA	25
AS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	27

A POLÍTICA CHINESA EM ÁFRICA	28
A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA A GUINÉ-BISSAU	33
4.4. INVESTIMENTOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO SETOR DAS OBRAS E INFRAESTRUTURAS NA GUINÉ-BISSAU E O SEU IMPACTO	36
5. RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	38
ESTADO DA COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	38
AS DIFERENTES PERCEÇÕES DOS ATORES NACIONAIS SOBRE A POLÍTICA DA COOPERAÇÃO DA CHINA NA GUINÉ-BISSAU	40
ASPETOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DA COOPERAÇÃO CHINESA NA GUINÉ-BISSAU	41
RELAÇÕES ECONOMICAS E COMERCIAIS ENTRE A GUINÉ-BISSAU E CHINA	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
BIBLIOGRAFIA	48
ANEXOS	51
Anexo 1: Obras e Infraestruturas realizadas na Guiné-Bissau pelo governo da China	51
Anexo 2: Guião de Entrevista	52

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

BM- Banco Mundial

CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CNE- Comissão Nacional de Eleições

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Cooperação Norte-Sul

Cooperação Sul-Sul

ECOMOG- Economic Community of West African States Monitoring Group

FLING- Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné

FMI- Fundo Monetária Internacional

FOCAC- Fórum on China-Africa Cooperation

ONU- Organização das Nações Unidas

OUA- Organização da União Africana

PAIGC- Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PCC- Partido Comunista Chinês

PIDE- Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRS- Partido da Renovação Social

RGB/MB- Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá

UA- União Africana

EU- União Europeia

ZEE- Zona Económica Exclusiva

INTRODUÇÃO

Questões de Partida

A presente dissertação debruça-se sobre as questões da Cooperação Sul-Sul, caso da Guiné-Bissau e China e pretende responder as seguintes perguntas:

1. Qual é o estado da cooperação bilateral entre a Guiné-Bissau e China?
2. A política chinesa em relação a Guiné-Bissau baseia-se nos interesses mútuos?
3. Por que razão essa Cooperação bilateral guineenses e chineses tem se fortalecido mais no setor das Obras e Infraestruturas?
4. Quais os maiores desafios da cooperação sino-guineense?
5. Será que existem impactos económicos e sociais chineses na Guiné-Bissau?

Metodologia

A metodologia adotada para realização desta monografia consiste, do ponto de vista de seus procedimentos técnicos na revisão da literatura associada à contextualização política e de intercâmbio económico entre a Guiné-Bissau e China, e está fundamentada em informação e dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, incluindo relatórios e publicações académicas, entrevistas a atores académicos guineenses, entre outras fontes julgadas pertinentes para a realização de um trabalho académico a partir dos quais se buscou o fundamento necessário ao desenvolvimento do tema.

De acordo com (Silva e Menezes, 2005), do ponto de vista da forma de abordagem do problema, a pesquisa que se propõe configura-se como qualitativa, pois envolve a interpretação de fenómenos e atribuição de significado, e deverá ser analisada indutivamente; do ponto de vista dos seus objetivos, classifica-se como exploratória, devido a proporcionar familiaridade com o tema com fins de construir hipóteses, ainda podendo ser classificada na modalidade vertical, pois não se trata de uma análise pontual, e sim considera rever historicamente os contornos do problema para poder tirar conclusões precisas.

Contexto

As relações entre a República da Guiné e a República Popular da China sempre foram privilegiadas e conheceram uma evolução muito positiva. As relações da Guiné-Bissau com este País Asiático, remontam aos primórdios da luta armada de Libertação Nacional, período durante o qual a República Popular da China, acolheu na academia Militar de Nanjing, o primeiro grupo dos comandantes da Luta de Libertação nacional. (Liu, 2012) a relação diplomática foi firmada em 1974. Contudo, foi interrompida de 1990 a 1998, devido ao reconhecimento pelo governo guineense da República da China-Taiwan, de cuja cooperação a Guiné-Bissau foi beneficiária. As relações diplomáticas com a República Popular da China foram restabelecidas em 28 de Abril de 1998. Desde essa data, a cooperação entre os dois países foi marcada pelos empreendimentos do Governo chinês na Guiné-Bissau. O relacionamento insere-se no quadro da cooperação

Sino-África, o plano de ação de Harm El-Cheikh da Cooperação Sino-África, para os próximos três anos, incluindo a Cooperação nas áreas da Política, Segurança regional, Assuntos Internacionais, Economia e Desenvolvimento. É importante sublinhar que a Guiné-Bissau partilha as mesmas preocupações com este País Asiático, quanto às reformas do sistema das Nações Unidas e o alargamento do Conselho de Segurança. Assim sendo, a Guiné-Bissau reitera a sua preocupação no quadro bilateral, que consiste em resolver os problemas da sua representação diplomática, dificultados por o País estará confrontado com grandes vicissitudes económicas. A Guiné-Bissau e a China são dois inegáveis parceiros tradicionais e estratégicos para o desenvolvimento, particularmente no âmbito da Cooperação Sul-Sul.

Organização da Dissertação

A presente dissertação propõe-se responder à seguinte pergunta: como tem sido a relação entre a China e África, em particular a Guiné-Bissau?

A dissertação é constituída por cinco Capítulos:

No 1º capítulo, procura-se compreender as condicionalidades da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. E, as questões ligadas a cooperação Sul-Sul enquanto um modelo de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento.

O segundo capítulo apresenta o quadro político da Guiné-Bissau e algumas notas do seu contexto económico, abordando com especial atenção a complexa história política guineense, mostrando os percursos e as dinâmicas de uma complicada trajetória política em busca de afirmação democrática. O mesmo capítulo contextualiza o conflito político-militar e a guerra civil de 7 de Junho de 1998, uma guerra sangrenta que viria a durar 11 meses.

O terceiro capítulo, é dedicado à uma análise sobre a inserção da Guiné-Bissau nas Organizações Internacionais em nível sub-regional, regional e global, além de discutir o lugar da Guiné-Bissau no sistema de cooperação internacional como um todo.

Já no quarto capítulo, procurei analisar a política externa da China em relação a África, em particular a Guiné-Bissau, fazendo diferentes enquadramentos: histórico e cultural, político-constitucional. Também compreender o impacto dos investimentos realizados pela China no setor das obras e infraestruturas na Guiné-Bissau.

No quinto e último capítulo, fez-se uma abordagem sobre as diferentes perceções dos atores guineenses no que concerne a política da cooperação da China na Guiné-Bissau. Procurou-se compreender as vantagens das referidas relações económicas e comerciais entre a China e Guiné-Bissau.

1. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CONTEXTO HISTÓRICO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO

A cooperação internacional, instrumento da política externa, tem subjacentes os interesses estratégicos, económicos, ambientais, de segurança, ético-morais e humanitários. A predominância de um ou outro interesse tem sido conjuntural ao longo da história recente da ajuda internacional. Por isso, apesar da sua importância, a ajuda internacional nem sempre desempenhou um papel positivo no apoio ao desenvolvimento e numa melhor governação dos beneficiários. Os países doadores permitiram, sobretudo, que as considerações estratégicas se sobrepusessem às preocupações com o desenvolvimento, e os beneficiários revelaram falta de capacidade institucional e de qualidade de políticas para assegurar uma melhor eficácia da ajuda recebida.

Apesar de as práticas da cooperação internacional para o desenvolvimento se inspirarem nas experiências coloniais, esta só foi instituída após a Segunda Guerra Mundial, quando os EUA financiaram a reconstrução da Europa devastada pela guerra. E impuseram o fim do velho sistema colonial. Com base nos interesses estratégicos das superpotências, durante a guerra fria, pode-se observar que a cooperação Internacional para o desenvolvimento foi transformada em ferramenta da política externa. (LANCASTER, 2007)

“Vale a pena não perder de vista que o condicionamento da cooperação internacional para o desenvolvimento aos interesses políticos dos EUA e a URSS em muito contribuiu para que os países não alinhados (do Terceiro Mundo) criticassem a cooperação internacional para o desenvolvimento, sobretudo o modelo da cooperação Norte-Sul e, pouco a pouco, começassem a articular a cooperação Sul-Sul com base em normas e princípios anunciados e considerados mais justos, igualitários e solidários entre os países em desenvolvimento”. (PUENTE, 2010; MILANI; CARVALHO, 2013, M´bunde, 2018, pág.46)

Apesar de os países africanos e asiáticos terem criticado recorrentemente os padrões da cooperação Norte-Sul ao longo da Guerra Fria, paradoxalmente também eram os principais beneficiários dos recursos da cooperação internacional para o desenvolvimento. A anterior relação política metrópole-colónia foi reconstruída na base da cooperação técnica financeira, a partir de uma relação quase absolutamente vertical da cooperação internacional para o desenvolvimento, no âmbito da qual a chamada cooperação Norte-Sul foi historicamente conformada e consolidada. A formação histórica dos Estados africanos foi muito acompanhada de relações de cooperação ou recebimento de “ajuda”, o que produziu, posteriormente, influências políticas nas relações internacionais desses países com o mundo, como também nas relações políticas estabelecidas dentro das fronteiras nacionais.

No contexto do processo da descolonização, as nações aspirantes à independência, especialmente as africanas, podiam receber recursos de cooperação das superpotências, inclusive dos países não alinhados, que já eram Estados soberanos.

Já no período pós-independência, os países soberanos da África continuaram a receber recursos de cooperação; porém, a partir desse momento, era crescente o número de parceiros de desenvolvimento da região, tendo o perfil dos doadores se tornado mais complexo e multifacetado do que no período colonial. Além das instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), os parceiros bilaterais da cooperação (mormente os Estados) eram os países ocidentais, especialmente as antigas metrópoles e as potências (re) emergentes, cuja motivação pela cooperação era movida por interesses políticos e estratégicos comuns e específicos.

Conforme, Alberto Alesina e David Dollar (2000), os critérios dos financiadores da distribuição dos recursos da cooperação internacional para o desenvolvimento são seletivos, visto que, não observam particularmente a boa governança, a democracia e fundamentalmente o respeito aos direitos humanos como critérios prioritários. Outros fatores que ligam o doador e o beneficiário, como passado colonial, relação política e diplomática, mercado doméstico e peso do produto interno bruto (PIB) do país beneficiário, são mais importantes para os doadores internacionais do que as “clássicas condicionalidades de boa governança, democracia e respeito aos direitos humanos”.

Tanto as grandes potências como as antigas metrópoles procuram utilizar a cooperação internacional para o desenvolvimento como mecanismo de preservação de sua influência econômica, política e estratégica na região (eventualmente sob ameaça), as potências emergentes tendem a fazer uso do mesmo instrumento para fortalecer as relações Sul-Sul e capitalizar um quadro favorável à competitividade econômica e política. Toda essa dinâmica tem contribuído para a transformação da África num dos principais cenários da cooperação entre os países. A disputa é econômica e comercial, mas também política e diplomática; não se pode esquecer do número expressivo de Estados soberanos (que votam no âmbito do multilateralismo) no vasto continente africano.

Sendo assim, desde o seu surgimento, a cooperação internacional para o desenvolvimento, representada pelos doadores ocidentais e as respectivas agências de cooperação, orientou-se a partir de objetivos estabelecidos por doadores internacionais, e seus propósitos sempre foram definidos de acordo com critérios baseados em movimentações econômicas, bem como valores políticos e culturais por eles compartilhados.

Fala-se também em condicionalidade econômica da cooperação, considerada como a primeira geração de condicionalidade, e em condicionalidade democrática da cooperação (BURNELL, 2004, como citado em M'bundé, 2018,pg. 50). Na sua visão, a primeira diz respeito à imposição de reformas econômicas (inspiradas especialmente no reajustamento estrutural e na abertura do mercado na década de 1980) como condições necessárias para receber a cooperação; e a segunda estaria relacionada com a adoção da

democracia liberal e da boa governança (década de 1990), conforme os padrões ocidentais, como requisitos básicos para se ter acesso/direito aos recursos da cooperação. Esta última se incide nos processos de reforma do Estado, dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como das políticas públicas.

Embora o princípio de condicionalidade tenha sido recorrentemente criticado nos últimos anos por causa da sua pouca eficácia nos países recetores, tendo sido, por isso, substituído em muitos casos pelo princípio da autonomia (*ownership*) do país beneficiário, sua prática permanente muito comum nas relações de cooperação internacional em razão de sua função política (TAN, 2010 citado em M'bundé 2018, pg.50)

Geralmente, as condicionalidades normativas (reformistas ou intervencionistas) são mobilizadas pelos doadores mais no âmbito da cooperação Norte-Sul, diferentemente do que ocorre nas relações da cooperação Sul-Sul, nas quais tende a ser mais comum o uso de condicionalidades operacionais.

Olhando para o contexto da Guiné-Bissau, convém sublinhar que o país africano possui um percurso na sua relação com os parceiros de desenvolvimento marcado por significativos apoios, mas também pela imposição de condicionalidades externas. Sendo um país muito dependente da assistência internacional, as mutações registadas nos paradigmas da ajuda tiveram sempre significativos impactos nos tecidos económicos e sociais do país, no sistema político, e até na própria capacidade do Estado para a execução de políticas públicas.

Importa referir que a Guiné-Bissau foi um dos países em desenvolvimento que beneficiou de maior volume da ajuda per capita até os anos 1990. Atualmente o país continua a receber uma ajuda per capita elevada, comparada não com os países em desenvolvimento no seu todo, mas sim entre os Estados considerados frágeis, melhor dizendo, entre os que recebem comparativamente menos ajuda internacional.

O DESENVOLVIMENTO NO CAMPO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O desenvolvimento é resultante de uma relação dialética entre os agentes e os recursos internos e externos, e peca-se quando se negligencia esse fato. Alias, o próprio desenvolvimento, no âmbito da cooperação internacional para o desenvolvimento, é um fenómeno passível de problematização, reconsiderando a visão que se pretende universal, e cujas propriedades são derivadas de modelos dados conforme as conveniências dos doadores. O desenvolvimento é um fenómeno multidimensional, compreendendo em si aspetos políticos, económicos, sociais e culturais, sendo seu julgamento passível de algum grau de subjetividade, dependendo da perspectiva adotada e dos interesses em nome dos quais se defende um modelo determinado.

É verdade que há elementos inerentes ao desenvolvimento e que tendem a ser universais. Por exemplo, no caso do desenvolvimento político, independentemente do

contexto específico, a observação de valores e critérios, tais como eleições, ampliação do direito de voto e participação, tende a ser considerada como avanço da qualidade de vida dos cidadãos de um dado país, tanto de ponto de vista económico (renda, emprego, etc.) quanto do ponto de vista social (acesso a bens públicos, educação, etc.).

O fenómeno do desenvolvimento é um campo historicamente disputado no que se refere aos seus significados políticos e normativos, isto é, visões diferentes sobre o que é, quem se beneficia ou deve se beneficiar dele, como citado em (Moraes, 2006). Revela-se que o valor semântico do desenvolvimento não é estanque e muito menos consensual; pelo contrário, é algo sujeito a reconstruções conforme a evolução histórica, económica, social e ideológica das sociedades humanas. O desenvolvimento pode ser abordado a partir de dimensões económicas e por olhares baseados no desenvolvimento humano. Nas duas últimas décadas, principalmente a partir da publicação do primeiro relatório pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, indicadores sobre o assunto passaram muito mais a se basear naquilo que se convencionou chamar desenvolvimento humano, diferentes de enfoques tradicionais que pensam o tema em termos restritos do PIB dos Países. Tradicionalmente, as condicionalidades políticas exercidas no campo da cooperação, em especial as normativas mobilizadas pelos países do Ocidente, são justificadas pelos seus proponentes como mecanismos necessários para alcançar o desenvolvimento (TAN, 2010 como citado em M'bundé 2018, pg.53). Em geral, o referido desenvolvimento perseguido é inspirado nos modelos políticos, sociais e económicos desses doadores, a partir dos quais os resultados de sua cooperação internacional para o desenvolvimento são avaliados nos países de hemisfério Sul, particularmente nos africanos. Esse é um comportamento tradicional da cooperação Norte-Sul. Por sua vez, a cooperação Sul-Sul, no plano geral, tende a caracterizar-se historicamente como esforços entre os países em desenvolvimento, com vistas a minimizar ou a resolver seus problemas económicos e sociais, respeitando suas condições socioculturais e políticas internas.

COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO

Como é sabido, o marco histórico contemporâneo do início das relações entre os países do Sul foi a conferência de Bandung de 1955, e a esse encontro sucederam-se várias outras iniciativas do género. O adensamento de contatos entre esses países ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, com os movimentos de independência das ex-colónias afro-asiáticas e sua crescente influência no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), concretamente no espaço de diálogo Norte-Sul e nas articulações por uma nova ordem económica internacional.

A conferência da ONU sobre o comércio e desenvolvimento (UNCTAD), realizada em 1964, foi muito relevante para todo esse processo. Tal período, caracterizado por intensas relações entre essas nações (boa parte eram recém-independente), produziu passos muito importantes em prol da institucionalização da cooperação Sul-Sul para o

desenvolvimento Internacional (PUENTE, 2010; MILANI; CARVALHO, 2013 como citado em M'bundé, 2018, pg.55).

As relações da cooperação Sul-Sul cujos princípios básicos objetivam promover relações mais justas e igualitárias entre os povos e governos, caracterizadas fundamentalmente pela horizontalidade e incondicionalidade, permearam todo esse período (PUENTE, 2010 como citado em M'bundé, 2018,pg.55).

O marco histórico que edificou a concepção da cooperação Sul-Sul enquanto um modelo de cooperação técnica entre os países em desenvolvimento foi o evento realizado em Buenos Aires (Argentina) em 1978, a Conferência de Plano de Ação sobre a Cooperação Técnica entre os países em Desenvolvimento. O apoio dos estados do Sul a favor da institucionalização do modelo da cooperação Sul-Sul era essencialmente motivado pelo desejo de emancipação das imposições e condicionalidades da cooperação Norte-Sul. Observa-se que, no contexto da Guerra Fria, a cooperação Norte-Sul foi condicionada aos interesses estratégicos das superpotências e dos seus aliados, condição que era denunciada e criticada pelos países do Sul (PUENTE, 2010 como citado em M'bundé, 2018,pg. 56).

“A cooperação Sul-Sul não passa de um espaço de relacionamento, capacitação e fortalecimento entre países que compartilham várias visões, identidades e experiências históricas semelhantes e que, ao menos discursivamente, almejam objetivos comuns”. (Mawdsley, 2011, como citado em M'bundé, 2018)

Em termos conceituais, a cooperação Sul-Sul pode ser tratada como uma relação de trocas que envolve financiamento de projetos de infraestruturas, transferência de tecnologia, intercâmbio de experiências no âmbito das políticas públicas e cooperação técnica por meio de entidades nacionais, subnacionais e privadas. Tem havido dificuldades no que diz respeito ao estabelecimento de um conceito suficiente da cooperação Sul-Sul, o que também pode estar relacionado com a dificuldade em definir práticas que refletem prioridades da cooperação dos países o eixo Sul (LEITE, 2012 como citado em M'bundé, 2018,pg.57).

O único consenso aparentemente existente sobre o conceito da cooperação Sul-Sul é de que os atores nela envolvidos (especialmente que dela se beneficiam) são países em desenvolvimento Iara Leite (2012). Alias, é preciso admitir que a cooperação Sul-Sul, independentemente de especificidades inerentes a cada país, ela enquadra-se como um instrumento da política externa dos países da região, sobretudo das chamadas potências emergentes. Conforme Maria Regina Soares de Lima (2005, p.11), “a inserção ativa deve ser buscada na composição com países que tenham interesses semelhantes e se disponham a resistir às imposições das potências dominantes”.

Dito isso, concorda-se que é um instrumento da política externa, mas é pertinente esclarecer que a observação de Lima está diretamente relacionada com a sua análise da cooperação Sul-Sul enquanto uma plataforma de negociação conjunta dos países do Sul, particularmente das potências emergentes, em relação aos Estados do Norte.

No plano geral, a cooperação Sul-Sul manifesta-se como um espaço de apoio mútuo entre os países em desenvolvimento que partilham algumas importantes semelhanças e identidades, buscando capacitarem-se e desenvolverem-se à margem de restrições e condicionalidades normativas e reformistas. Insere-se neste quadro a política externa chinesa para a Guiné-Bissau, ancoradas essencialmente nas dinâmicas e articulações da cooperação internacional para o desenvolvimento, sem condicionalidades normativas de governo ou de políticas públicas, o que é, em última análise, compatível com discurso político e emancipatório de cooperação Sul-Sul ao longo da história.

Existem especificidades e formas de abordagem próprias da cooperação dos países, de acordo com as estratégias de política externa de cada governo.

O crescimento económico é a base para a ascensão a grande potência da República Popular da China. Isto explica as direções aparentemente contraditórias, da política externa chinesa: por um lado, uma atitude assertiva, para legitimar o lugar do Partido Comunista Chinês no poder e para garantir a obtenção de recursos naturais essenciais ao crescimento; por outro lado, um grande pragmatismo, para assegurar o papel de ator internacional responsável, que é motivo de orgulho e alimenta o nacionalismo, e para garantir a estabilidade regional essencial à economia. Consequentemente, os meios utilizados por Pequim para atingir os objetivos políticos têm variado.

Embebida por um forte pragmatismo assertivo, a política externa chinesa escuda-se em conceitos securitários que procuram transmitir uma imagem pacífica “ascensão pacífica” e “desenvolvimento pacífico” bem como em princípios nacionalistas defensivos “uma China única” e “não-ingerência nos assuntos internos dos outros estados”. É neste contexto que a República Popular da China enquadra a sua presença no hemisfério Sul no âmbito da cooperação Sul-Sul, considerando-se o maior em vias de desenvolvimento do mundo e disponível para ajudar os outros no caminho para o desenvolvimento.

2. Quadro Político da Guiné-Bissau

UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Situado na Costa Ocidental da África, limitado ao norte pela República do Senegal, ao sul e leste pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo oceano Atlântico (Mapa 1), A República da Guiné-Bissau foi colónia portuguesa. Os portugueses, por intermédio do navegador e explorador Nuno Tristão, foram os primeiros europeus a pisarem o solo guineense, em 1446,

Ao chegarem ao atual território da Guiné-Bissau, os portugueses foram bem recebidos pela população local, com os quais teceram laços comerciais imediatamente. Essa relação foi importante para o processo de adaptação e articulação política dos portugueses na Guiné-Bissau. A relação baseou-se no estabelecimento de feitorias

Existem aproximadamente três dezenas de línguas tradicionais e/ou autóctones que se distribuem entre as etnias presentes em todo o território (MENDES, 2010). O crioulo é veículo de comunicação interétnico, mas não é falado por todos os guineenses. O PIB da Guiné-Bissau, que gira em torno de US\$ 960,8 milhões, os dados do Banco Mundial, é representado na sua grande parte pela exportação da castanha-de-caju, e as últimas atualizações da mesma fonte mostram em que a rendas *percapita* do país é de US\$ 590. O País depende muito dos setores da agricultura e das pescas, quer pela sua contribuição para a formação do PIB, quer para as receitas de exportações, quer ainda para o emprego e o orçamento de Estado. A administração político-burocrática da Guiné-Bissau por Portugal só acabou graças à emancipação política, resultante de uma sangrenta e duradoura luta armada contra o sistema colonial português. Essa luta, que durou 11 anos, foi conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

Fundado por Amílcar Lopes Cabral e outros companheiros políticos e ideológicos, em 19 de Setembro de 1956, em Bissau, o PAIGC traçou como desafio central a independência da Guiné-Bissau e do arquipélago de Cabo Verde. Ambos tiveram a mesma liderança, ou seja, era um projeto político único ao longo de todo o processo de luta armada. Ao lograr a independência, o projeto político da unificação chegou ao fim em 1980, em consequência de um golpe de Estado.

Não obstante a independência da Guiné-Bissau ter sido reconhecido pela ex-metrópole acontecer só no dia 10 de Setembro de 1974, na sequência da Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de Abril do mesmo ano (RIZZI, 2012; MENDES, 2010b, M'bundé, 2018,pg.65), a Guiné-Bissau já se autoproclamara estado soberano e independência um ano antes, precisamente em 24 de Setembro de 1973.

2.2 A INDEPENDENCIA, A ROTURA COM CABO-VERDE E O FIM DO MONOPARTIDARISMO

Ainda nas vésperas da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, o principal fundador do PAIGC e pai da nacionalidade de ambos o povo foi assassinado por Inocêncio Kani, um comandante naval. O assassino era membro do próprio partido independentista e era também um dos homens próximos de Amilcar Cabral. As razões do assassinato de Amilcar Cabral continuam umas incógnitas, não sendo ainda consensualmente apuradas. Sabe-se que nessa altura já se revelava rivalidade entre as lideranças políticas cabo-verdianas e guineenses, que teriam sido bem aproveitadas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE).

Os objetivos de PIDE eram basicamente três: 1) defender e proteger o regime português, reprimindo as oposições; 2) assegurar as informações essenciais no teatro de guerra; e 3) controlar as fronteiras, funcionando como polícia fronteiriça. Convém lembrar que a tortura era um recurso dos efetivos da PIDE no interrogatório de inimigos. As confissões, consideradas como prova essencial nos processos políticos, eram

frequentemente obtidas sob coação e tortura. As torturas infligidas pelos agentes eram pauladas, cavalo-marinho, tortura de sono, choques elétricos, maus-tratos nos órgãos genitais, chicotadas, palmatórias, bofetadas, privação do sono, tortura de estátua, entre outras (Mateus, 2004)

Embora vários autores suponham que a PIDE fosse a principal autora moral do crime em questão (MATEUS, 2004; SANGREMAN al., 2006, M'bundé, 2018,pg.67), esse fato acabou enaltecendo o espírito de desconfianças e o mal-estar no seio do Partido independentista.

O desaparecimento de Amílcar Cabral, cabo-verdiano nascido na Guiné-Bissau, renunciava a potencial cisão entre guineenses e cabo-verdianos. Amílcar Cabral, considerada uma das mais reverenciadas figuras da segunda metade do século XX, nasceu em 12 de Setembro de 1924, na cidade de Bafatá, província leste da Guiné-Bissau. Nas palavras do intelectual e pedagogo brasileiro Paulo Freire (2008, p.5) “Amílcar Cabral foi o mestre da revolução”.

“Este agrónomo, formado em Portugal, identificava-se, simultaneamente, como guineense e cabo-verdiano. Em um dos seus vários discursos, Cabral disse: “Não é porque Cabral é filho de cabo-verdiano, nascido em Bafatá, que tem amor grande pelo povo da Guiné, mas também grande amor pelo povo de Cabo Verde” (NDJAI, 2012, p.78).

Amílcar Cabral dizia que “o princípio do nosso partido e da nossa luta, que todos nós conhecemos bem, é unidade e luta, que é mesmo a divisa. Se quiser, o lema do nosso partido é unidade e luta” (CABRAL, 1968, p.3). Ao lidar com duas nações, e na verdade com várias etnias, no caso da Guiné-Bissau, ele adotou a unidade e luta como lema, traduzido em princípios políticos básicos complementares e fatores *sino qua non* para alcançar os objetivos do PAIGC.

No seu discurso em nome dos cinco países da África portuguesa, na ocasião do 7º aniversário da Revolução Cubana e Conferência Tricontinental em Havana (1966), Cabral criticou a eventual ausência de uma linha teórica e ideológica nos movimentos de libertação nacional. Para Cabral, a ausência de ideologia orientadora em qualquer dos movimentos que conduzem a luta anti-imperialista e anticolonial seria sinónimo de ignorância da realidade histórica que estes pretendem transformar. Cabral era adepto do marxismo, mas discordava de Karl Marx em alguns aspetos. Ele afirma que o modelo económico-capitalista causa desigualdade social e deve ser contestado e abolido; contudo, discorda da conceção de Marx de que a força motora da história é a luta de classes.

Para Cabral, diferentemente de Marx, a história (conflitos sociais, usando termos do próprio Marx) é movida pelo modo de produção, e não pela luta de classes. Em outras palavras, Cabral pretendia dizer que, pelo menos no caso do contexto africano, a luta em relação ao modo de produção é anterior à luta de classes. Amílcar Cabral era um marxista que quis atualizar Karl Marx à luz das realidades africanas do seu tempo. Em

síntese, nesse debate, o pensamento central de Cabral é baseado no seu argumento de que o modo de produção ou a relação das forças produtivas é anterior da história da humanidade e das relações socioeconómicas.

Ao ser independente, a Guiné-Bissau passa a definir como tarefa fundamental, a construção de um estado coeso e unido, em torno de identidades nacionais que suplantassem manifestações de diferenças e desigualdades de ordem étnica. Amílcar Cabral costumava declarar, antes da independência, que toda a sorte de tribalismo e manifestações políticas de tendência étnica tinha sido destruída pela luta armada que o PAIGC conduzia (CABRAL, 1968).

O brutal assassinato de Amílcar Cabral, um renomado pan-africanista, em 20 de Janeiro de 1973, na Guiné-Conacri, levou seu meio-irmão, Luís Almeida Cabral, um dos fundadores do PAIGC, a assumir a liderança do partido. Ele foi o primeiro Presidente da República da Guiné-Bissau (1974-1980). A construção do socialismo mesmo não estando incluído no programa político do PAIGC a exemplo de Moçambique e Angola, este partido africano preferiu adotar o modelo de desenvolvimento de viés socialista (CRUZ, 2007, M'bundé, 2018, pg.72). Esta opção teve dois motivos. Em primeiro lugar, o contexto no contexto da Guerra Fria, a Guiné-Bissau recebia apoio e mantinha cooperação com os países socialistas, principalmente com a União Soviética. A URSS deu uma importante contribuição para a independência da Guiné-Bissau durante a luta armada, desde a formação dos guerrilheiros na URSS a armamentos, medicamentos, assistência financeira, etc. (CARDOSO, 1995; MATEUS, 2004 citado por M'bundé, 2018, p.72). Além de vários apoios recebidos da URSS, o PAIGC era também financiado e armado por Cuba, China, Tunísia, Argélia e Marrocos (MATEUS, 2004, MENDES, 2010 b citado por M'bundé, 2018, p.72). Portanto, o PAIGC optou por reconhecer essa aproximação e ajuda, preservando suas tradicionais relações com a URSS no momento pós-independência. Em segundo lugar, os fracassos económicos que os países da África subsaarianos que haviam experimentado o modelo liberal atravessavam, alertaram a Guiné-Bissau a seguir caminho distinto, ou seja, a implementar o modelo socialista como estratégia para tentar encontrar e trilhar o caminho do desenvolvimento (CARDOSO, 1995, ARRIGHI, 2002 citado em M'bundé, 2018 p.72).

O fracasso do modelo socialista, a adoção de um Plano de Ajustamento Estrutural e o recurso ao apoio financeiro do FMI conduziram à abertura do país ao multipartidarismo, por meio de uma emenda constitucional de 1991, ratificada na época pelo presidente João Bernardo Vieira. Este ato impulsionou a criação de vários partidos políticos, que concorreram às primeiras eleições multipartidárias, convocadas para 1994, onde com a exceção da Frente de Libertação para Independência Nacional da Guiné (FLING) e a Resistência da Guiné-Bissau/Movimento Bafatá (RGB/Movimento Bafatá), as demais formações partidárias tinham surgido na sequência da revisão constitucional (CARDOSO, 1995; SANGREMAN, 2006 citado por Mbundé, 2018 p.73)

A FLING e os já extintos Movimento da Libertação da Guiné (MLG) e União dos Povos da Guiné (UPG) foram criados nos anos 1950, no contexto da mobilização independentista na Guiné-Bissau. Cogitou-se, em 1961, dois anos antes do início da luta armada, a unificação de todos eles, o que não se concretizou. O principal ponto de discórdia dizia respeito à unificação da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por outro lado, havia pequenos grupos que não queriam a aproximação com Cabo Verde. Por outro, o PAIGC, sobretudo Amílcar Cabral, insistia na tônica da unidade dos dois povos e territórios (SANGREMAN et al., 2006, p.11). Ademais, com exceção da FLING e RGB/Movimento Bafatá, todos os outros partidos foram fundados por dissidentes do PAIGC (CARDOSO, 1995; SANGREMAN et al., 2006). Essa realidade pode ser uma variável muito importante para compreendermos as causas fundamentais de conflitos e discórdias que caracterizam a história política guineense.

Vale ressaltar que os principais partidos de oposição concorrentes ao lado do PAIGC às primeiras eleições pluralistas, em 1994, foram a RGG/Movimento Bafatá, o Partido da Renovação Social Democrático (PRS) e os pequenos partidos, entre os quais a União para Mudança (UM), o Partido Social Democrático (PSD), e Frente Democrática Social (FDS) e a União Nacional para a Democracia e o Progresso. Realizadas as eleições gerais, o partido independentista saiu vitorioso das legislativas, obtendo 62% dos assentos parlamentares, e a oposição obteve os restantes 38%. Nas presidenciais houve segundo turno entre o candidato do partido no poder, presidente João Bernardo Vieira, e Koumba Yalá candidato do PRS, o mais forte da oposição. Durante a campanha político-eleitoral, a estratégia adotada pelo candidato do partido no governo baseou-se em um discurso voltado à unidade nacional e à reconciliação da família PAIGC” e de toda a nação guineense. Por sua vez, o candidato de oposição preferiu, como havia feito no primeiro turno, um discurso estratégico de apelo à promoção de justiça social, de ataque ao regime do presidente Vieira, rotulando-o de sanguinário, ditatorial e corrupto. Yalá lançou mão de um discurso populista que lhe rendeu resultados que surpreenderam muitas expectativas, apesar de não ter vencido. O segundo turno foi muito disputado e foi ganho com uma ligeira vantagem de Nino Vieira (52%) sobre seu opositor Yalá (48%) (CARDOSO, 1995 citado em M’bundé, 2018 p.79). Desse modo, a Guiné-Bissau teria, pela primeira vez, um presidente eleito democraticamente, por sufrágio universal direto.

2.3. A GUERRA CIVIL DE 1998 E A TRANSIÇÃO POLÍTICA

O conflito político-militar na Guiné-Bissau deu-se origem devido a má gestão da questão de Casamansa (RUDEBECK, 2001; AMPAGATUBÓ, 2008). A problemática sobre Casamansa, integrada à República do Senegal, remonta ao século XIX. Trata-se de uma região que pertencia à “Guiné portuguesa” (atual Guiné-Bissau), tendo a sua integração administrativa no Senegal sido realizada no contexto da Conferência de Berlim. Vale a pena ressaltar que, a guerra de 7 de Junho de 1998 viria a durar 11 meses e suas consequências seriam desastrosas (RUDEBECK, 2001).

Tanto os cidadãos da capital Bissau quanto o governo e o próprio presidente João Bernardo Vieira, tratavam esse episódio nos primeiros momentos como um incidente que não teria proporções maiores e que seria imediatamente controlado. As duas posições beligerantes do conflito resultaram da cisão das Forças Armadas guineenses: de um lado os militares fiéis ao regime do presidente João Bernardo Vieira e, do outro lado, as forças revoltosas lideradas pelo então chefe do Estado-Maior do Exército, Brigadeiro Ansumane Mané.

À medida que o conflito ganhava proporções e tensões maiores, os insurgentes que se auto denominaram "Junta Militar", ganhavam mais integrantes. Além dos jovens descontentes com os 18 anos do regime de João Bernardo Vieira, o contingente dos revoltosos era fortalecido por ex-combatentes da liberdade da pátria, sendo estes últimos comandantes das frentes de combate. O que contribuiu para a consolidação das posições assumidas pela Junta Militar (RUDEBECK, 2001 citado em M'bundé, 2018, p.83).

Todavia, a renhida disputa militar em análise contou com o envolvimento direto de exércitos de dois países da sub-região, Senegal e Guiné-Conacri, a favor das forças governamentais. As delegações da Guiné-Bissau consideravam que havia um acordo entre os dois Estados que estabelecia apoio mútuo em caso da invasão ou de revoltas militares na Guiné-Bissau ou na Guiné-Conacri. Já o envio de tropas do Senegal foi, além de acordos secretos que teriam existido, uma decisão política cujo propósito era de assegurar apoio ao governo guineense em relação ao combate contra os independentistas na região do Casamansa (TEIXEIRA, 2008; AMPAGATUBÓ, 2008 citado por M'bundé, 2018, p.83).

No decorrer da guerra verificou-se a adesão de vários rebeldes de Casamansa à Junta Militar. Por outro lado, segundo os relatos de (Rudebeck, 2001) e (Carvalho, 2010), o desembarque das tropas do Senegal e da Guiné-Conacri em solo guineense, a favor do presidente Nino, mobilizou ainda mais a já existente simpatia dos atores políticos e sociais (a opinião pública nacional) a favor da Junta Militar.

No plano global, europeu especificamente, Portugal apoiou o golpe militar no sentido de provocar rutura no processo de aproximação da França à Guiné-Bissau e recuperar sua influência neste país, enquanto antiga metrópole. Enquanto isso, a França apoiou a continuidade do *status quo* político como estratégia para ampliar a sua influência na Guiné-Bissau, principalmente por meio da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) (RUDEBECK, 2001; TEIXEIRA, 2008 citado por M'bundé, 2018, p.84).

Foram realizadas negociações pela paz durante alguns períodos de cessar-fogo entre as partes beligerantes, graças aos esforços, ora da CPLP, ora da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Todavia, política e diplomaticamente não se chegou a uma resolução definitiva para a paz, o resultado mais importante obtido via negociação foi a retirada das forças senegalesas e guineenses de Conacri do território da Guiné-Bissau, substituídas pelo desembarque da missão de paz do braço armado de

CEDEAO, *Economic Community of West African State Monitoring Group (ECOMOG)* (RUDEBECK, 2001, citado em M'bundé, 2018).

Os relatos apontam que, após alguns “incidentes militares” as duas partes beligerantes voltaram definitivamente às hostilidades, tendo a Junta Militar finalmente ocupado a capital Bissau, em 7 de Maio de 1999. Desse modo foi derrubado o regime que durava quase dois decênios, tendo sido o Presidente João Bernardo Vieira exilado em Portugal.

O período de transição pós-conflito, ao criar a missão da ONU para o apoio à reconstrução da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). A sociedade civil guineense desempenhou um papel de relevância indiscutível nos processos e tentativas de construção de consensos e paz entre os atores beligerantes, durante o período de confronto das balas. Ao ganhar a guerra, a Junta Militar assumiu o controlo do Estado, tendo formado um governo de transição que organizou eleições gerais.

As referidas eleições foram ganhas pelo PRS, tendo o líder e candidato do mesmo partido, Koumba Yalá, ganhando as presidências. Yalá dirigiu o País em um período de pouco mais de três anos (2000-2003), tendo sido deposto pelos militares em 2003, não cumprindo com os cinco anos de mandato previstos na Constituição. Além das dificuldades de gestão política e institucional, o breve “regime Koumbista” foi marcado pela permanente ingerência e pressão política da elite militar (RUDEBECK, 2001), acabando esse processo se transbordando até a sua destituição militar, em 2003.

Como já foi assinalado, ao longo do seu mandato houve profundas clivagens dentro da classe castrense (CARVALHO, 2010), tendo uma dessas ondas de desentendimentos culminado com a morte do Brigadeiro Ansumane Mané, líder da Junta Militar. Ansumane Mané discordou da promoção militar que alguns oficiais militares tinham beneficiado do presidente Yalá e resolveu retirar destes as respetivas patentes, sob alegação de que havia muitos generais nas Forças Armadas. Associado a esse ato, à revelia da Constituição da República, Mané também se autoproclamou comandante supremo das Forças Armadas, provocando uma profunda crise político-militar e reações militares que precipitaram a sua morte.

É importante frisar que, além de provocar o afastamento dos parceiros internacionais da Guiné-Bissau, a guerra civil causou a maior destruição da história do país. A maior parte da infraestrutura foi destruída, afetando fortemente a produção de alimentos, a consequência da guerra vitimou milhares de pessoas à morte precoce, não se sabe o número exato de pessoas que morreram durante a referida guerra.

Conforme (Carvalho, 2016), o conflito causou maioritariamente a mortes civis em número indeterminado. A Guiné-Bissau manchou sua imagem perante a comunidade internacional, e passou a perder o prestígio que antes tinha. Muitos parceiros distanciaram-se, com exceção da China que manteve seu apoio na erradicação da fome que afetava sociedade pós-guerra da Guiné-Bissau.

3. A inserção da República da Guiné-Bissau nas Organizações Internacionais

A GUINÉ-BISSAU E AS AGÊNCIAS FIANANCEIRAS DE BRETTON WOODS NO CONTEXTO PÓS-INDEPENDÊNCIA.

De acordo com Carlos Cardoso (1995) era necessário que houvesse abertura democrática no país seguindo a onda das democratizações em África. Visto que a capacidade produtiva e económica do país eram fracas, devido à inflação, o país viu-se na situação de falência. O então partido único, PAIGC, partido libertador, teve de se submeter as pressões que o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial faziam aos países africanos a exemplo de Guiné-Bissau. As Agências de Bretton Woods estavam determinadas em concretizar o seu plano liberal de abertura de mercado.

Era preciso que o país adotasse um modelo de Estado e política que seria de acordo com as estruturas ocidentais-europeias de Estado. Com a entrada de democracia, o que se esperava era uma política de desenvolvimento industrial. O PAIGC acabou cedendo estas pressões das instituições de Bretton Woods, e desenhou-se a nova abertura democrática, após décadas de governação calamitosa, de perseguição, de falta de liberdade de imprensa e, pobreza extrema. De referir que o então partido único, PAIGC, após o golpe de 1980, derrubara ou suspendera a constituição do governo, viu-se agora obrigado a adotar o princípio de direito e liberdade, (TEIXEIRA, 2015) consagrado pela retirada do Artigo 4 da constituição que consagrava ao PAIGC, como a única força política na Guiné-Bissau, Os novos partidos foram criados, com maior destaque estavam as formações partidárias como RGB (Movimento Bafatá) PCD, FLING, na altura liderado pelo François Mendy, PRS (Partido da Renovação Social), liderado pelo mítico líder, Koumba Yala e UM (União para Mudança). Todavia, os densos processos de liberalização, democratização, integração regional e multilateralismo levados à tona pelos ventos da globalização caracterizaram o contexto da inserção internacional da Guiné-Bissau nas instituições multilaterais, tanto no plano global quanto nos fóruns regionais. Com a sua emancipação, a Guiné-Bissau se tornou, entre outros, membro da ONU, da UA, e estabeleceu relações profundas com as instituições financeiras de Bretton Woods.

“As relações da Guiné-Bissau com o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram estabelecidas precisamente em 1986, um pouco mais de uma década após a independência² (CRUZ, 2007 citado em M’bundé, 2018, p.97). Em vez de ser panaceia aos problemas económicos da Guiné-Bissau, como também da África subsaariana, a implementação da economia do mercado foi um fator complicador do quadro económico do país e da região. Segundo Giovanni Arrighi (2002 citado em M’bundé, 2018, p.97), “os fatores externos derivados das medidas económicas de

natureza sistemática projetadas pelo BM e FMI são variáveis imprescindíveis para explicar esse cenário”. No período pós-independência (1974-1980), o governo de Luís Cabral conseguiu criar algumas infraestruturas, construir pequenas indústrias, como ocorreu também em outros países da região subsaariana africana (ARRIGHI, 2002, citado em M’bundé, 2018,p.98). No caso da Guiné-Bissau, refere-se, por exemplo, ao caso do complexo agroindustrial de Cumeré e das fábricas de leite Blufo, Titina Silá, Pansau Na Isna; de oxigénio e de acetileno, de descaroçamento do algodão, Socotran; e de cerâmica. Contudo, todas essas iniciativas indústrias, entretanto goradas, foram dificultadas posteriormente pelas já citadas medidas impostas pelas agências de Bretton Woods (CARDOSO, 1995;ARRIGHI,2002, citado em M’bundé, 2018, p.98), justificadas como saneamento da crise de ordem económico-financeira internacional.

Importa sublinhar que a Guiné-Bissau aprovou programa de Ajustamento Estrutural por um período de seis anos, isto é, de 1986 a 1992 com etapas de estabilização (1987-1989) tendo em vista restituir os equilíbrios macroeconómicos, internos e externos e a etapa de crescimento visando dilatar o ritmo de expansão económica e consolidar os ganhos da estabilização (1990-1992) (CRUZ, 2007, p.62), partia-se de pressuposto de que o país tinha como necessidade preliminar a construção de infraestruturas, como estradas, hospitais, instalações portuárias e eletricidade. Por outro lado, a necessidade de recursos humanos, desde a mobilização dos quadros técnicos e superiores à alfabetização da população, entre outras capacidades, com o propósito de alcançar o objetivo desejado, o “desenvolvimento”. (CRUZ, 2007). O recurso da Guiné-Bissau à “ajuda externa”, cuja implementação foi condicionada à observação das orientações propostas pelos atores financeiros multilaterais e bilaterais, justificava-se nesse contexto socioeconómico do país; afinal, no contexto conjuntural da desintegração da URSS, associado à crise económica que se tornava aguda e diante das políticas liberalizantes das instituições financeiras internacionais, o país percebeu que era inviável persistir com um modelo de desenvolvimento cuja inspiradora, a URSS, estava em declínio (CRUZ, 2007). “A adoção do mercado livre pelo Estado guineense não surtiu efeitos esperados, além da fracassada “panaceia” neoliberal, o país tinha sérios problemas estruturais internos” (CRUZ, 2007, citado em M’bundé, 2018, p.99).

Os problemas de ordem estrutural doméstica relacionavam-se com a corrupção, a falta de um governo estável e eficiente e a ausência de estratégias de médio e longo prazo. Todos esses fatores considerados incompatíveis as privatizações e o mercado livre. Autores como Issuf Sanha (1993) e Faustino Imbali (1993) assinalavam este facto no começo no começo dos anos 1990. Jorge Cruz (2007, p.63) sublinha o seguinte: o resultado não foi de modo algum satisfatório, na medida em que o crescimento das exportações foi inferior às importações com um grande impacto sobre a balança comercial. Por sua vez, a reforma fiscal impunha-se tendo em conta que a estrutura tributária tanto a direta como a indireta careciam de quadros qualificados e de mecanismos de controle e de fiscalização. Ademais, conforme Jorge Cruz (2007, p.63), havia uma série de constrangimentos que inviabilizaram os objetivos económicos

traçados, cuja razão principal talvez seja a inexistência de instrumentos de previsão e de controlo orçamental.

UM BREVE ENQUADRAMENTO DA POLÍTICA EXTERNA GUINEENSE

Para se fazer **enquadramento geopolítico e económico** da política externa da Guiné-Bissau deve ter-se em conta os três aspetos importantes de uma abordagem geopolítica, ou seja, o espaço territorial, a localização do espaço territorial e o sentido desse mesmo espaço.

A Guiné-Bissau é um pequeno Estado em superfície, situado na costa ocidental da África e com uma importante zona económica exclusiva (ZEE). Os benefícios de ser um país atlântico com boas condições de saída para o mar, e de possuir um território constituído por uma parte continental e outra insular com várias dezenas de ilhas, extensas praias e um mar interior rico em pescado, bem como o fato de estar a cerca de quatro horas ligações aéreas com a Europa e o Brasil na América do Sul, potenciam a Guiné-Bissau, particularmente do ponto de vista económico e do turismo.

A eventual exploração de minerais hidrocarbonetos poderá acrescer significativamente o interesse no país e a sua importância do ponto de vista geopolítico e económico. Em relação às fraquezas, o baixo nível de desenvolvimento económico, a exiguidade do mercado interno e as dificuldades de acesso ao mercado internacional representam sérios constrangimentos em matéria de mobilização de benefícios externos para o apoio ao desenvolvimento. Importa referir que para além de ser um pequeno Estado, o potencial da Guiné-Bissau é ainda mais diminuto por ser considerado um Estado frágil e pertencer ao grupo de países Menos Avançados (PMA).

Uma elevada dependência em relação ao exterior, caracteriza a situação económica e financeira da Guiné-Bissau. o país continua tributário da ajuda externa, designadamente para o apoio ao orçamento e para a implementação dos programas de investimento público. Vale ressaltar que a dinâmica das políticas públicas, nomeadamente o número de programas e projetos de governação executados, é, praticamente, condicionada pela assistência internacional.

O país é membro da Comunidade Económica da África Ocidental (CEDEAO), desde a sua criação, e da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) com a adesão em 1997, espaços de integração económica, que tendem a alargar mercados e a aproveitar as oportunidades regionais para as estratégias nacionais de desenvolvimento. Contrariamente à CEDEAO, a pertença a UEMOA ofereceu vantagens económicas imediatas, particularmente no domínio monetário, consubstanciadas essencialmente na moeda comum, o Franco CFA, na sua estabilidade cambial e nos mecanismos de controlo da inflação que oferece.

Já em matéria de atratividade para o investimento privado estrangeiro (IDE), a Guiné-Bissau tem perdido terreno. Alias, a atual “imagem de marca” da Guiné-Bissau, como país persistentemente instável, frágil, com sérias dificuldades no funcionamento das instituições, particularmente da Justiça, e ligado ao narcotráfico, tem diminuído consideravelmente o interesse do País, por parte dos Governos, instituições públicas de cooperação para o desenvolvimento e investidores privados estrangeiros.

No que concerne aos **enquadramentos histórico e cultural**, é preciso ressaltar o facto da presença colonial portuguesa e a luta de libertação nacional, constituírem fatores que influenciaram significativamente a presença da Guiné-Bissau no mundo. A existência da unidade política e territorial que se dá pelo nome da República da Guiné-Bissau tem a sua génese nestes dois momentos históricos. A luta da libertação nacional não só resultou na proclamação do Estado da Guiné-Bissau, na fundação da nacionalidade guineense, mas também lançou as bases da sua política externa. Importa sublinhar que o prestígio conquistado pelo PAIGC e por Amílcar Cabral no plano internacional, durante a luta de libertação nacional, constituíram importantes ativos para o relacionamento externo da Guiné-Bissau nos primeiros anos de independência. Entretanto, estes dois preciosos ativos seriam paulatinamente desbaratados com os acontecimentos que se estenderam de 14 de Novembro de 1980 ao conflito armado de 1998-1999 e a instabilidade política e governativa subsequente.

Mesmo a importância da condição da Guiné-Bissau como membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (1996-1997), que augurava apontar novas oportunidades e acrescer o potencial político do país no relacionamento externo, acabou atropelado pelos acontecimentos nefastos em que país se viu mergulhado, e que afetaram com extrema gravidade a imagem e a dignidade do Estado e dos guineenses.

O relacionamento secular com Portugal e os laços com os povos das ex-colónias portuguesas fizeram da sua manutenção e do seu progressivo desenvolvimento uma opção estratégica do relacionamento externo. A condição de membro da Comunidade de países de Língua Portuguesa (CPLP), espaço de concertação política, de cooperação intracomunitária e de promoção da língua portuguesa e da cultura reforça a pertença à Comunidade Internacional e a defesa de alguns aspetos do interesse nacional no plano externo.

Relativamente ao **enquadramento social e político-institucional**, temos a apontar o seguinte: Os indicadores sobre o crescimento da população, o crescimento económico, o desenvolvimento humano e os fluxos migratórios, são dados que contam para o potencial político de um país no relacionamento externo. A quantidade da população, a estrutura etária, bem como os indicadores de urbanidade, de literacia, de qualificação técnica da população ativa, do acesso aos recursos e rendimentos, contribuem para acrescer o potencial político/poder de um Estado. Igualmente, a existência de um clima de paz e estabilidade sociais, de um relacionamento adequado das populações com as instituições do Estado e um papel ativo da sociedade civil, são importantes ativos para o potencial político e para a política externa. As análises destes indicadores demonstram a

precariedade e o fraco nível de desenvolvimento humano, fatores que tendem a constringer os esforços de desenvolvimento, mormente no que se refere a atratividade de fluxos do investimento privado e a capacidade de absorção da ajuda externa.

AS RELAÇÕES REGIONAIS E MULTIFACETAS DA GUINÉ-BISSAU CPLP, CEDEAO E U.E.

Foi instituída, em 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) por Estados detentores do português como língua oficial. Segundo os membros fundadores, entre os quais o Estado guineense, esta articulação originou-se da necessidade de criação de um espaço de debate e coordenação sobre questões culturais, entre outras coisas, especialmente o idioma português. A ideia da criação de uma organização dessa natureza, que conta Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São-Tomé e Príncipe e, mais recentemente, Guiné-Equatorial como membros, está enraizada no primeiro encontro dos chefes de Estados e governos dos países que comunicam oficialmente em português. Esse encontro foi realizado em Novembro de 1989, no Maranhão, Brasil, a convite do ex-presidente brasileiro José Sarney. A organização ultrapassou o interesse na ligação cultural e linguística, criando relações económicas comerciais e mesmo política entre os Estados Membros, como se viu no caso da própria Guiné-Bissau, no período pós-golpe de Abril de 2012.

Constata-se que a CPLP vem priorizando, nas suas relações, a dimensão da cooperação técnica em várias áreas, entre as quais a saúde, a agricultura, a educação, etc.

A CPLP privilegia a cooperação para o desenvolvimento, sendo disso exemplo a criação do Fórum de Macau com a China em 2003, do qual a Guiné-Bissau é membro fundador.

Por seu turno, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), composta por 15 membros (Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa de Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo), é um importante organismo de integração económica para a Guiné-Bissau. Essa entidade intergovernamental, implementada na década de 1970, alcançou avanços significativos durante os 38 anos de sua existência, começando pela revisão do seu Tratado em 1993.

O novo Tratado dá ênfase à cooperação política, na medida em que confere prerrogativas à comunidade a adotar políticas com vistas a evitar e solucionar conflitos dentro dos territórios dos Estados membros. O mesmo Tratado instituiu um parlamento, um conselho económico e social, um tribunal, e um banco (Banco Central dos Estados da África Ocidental) para a comunidade.

Ainda antes da sua independência, a Guiné-Bissau vinha participando, desde a década de 1960, principalmente por meio da cúpula do PAIGC, em vários fóruns e frentes de natureza anticolonialista e independentista. Além disso, ainda antes da Guiné-Bissau se tornar soberana, a liderança do partido imprimiu a sua participação efetiva nas iniciativas de cooperação nas áreas económica e comercial instauradas pelo Togo e Nigéria, processo que se configura como a semente da CEDEAO.

O aprofundamento dos esforços de cooperação entre Togo e Nigéria não se limitou ao plano bilateral em 1973, estes dois países concordaram em convidar todos os países da região ocidental africana a participarem desse fórum, do qual se fizeram presentes 13 países. Naquele contexto histórico, ficaram apenas de fora a Guiné-Conacri e a Gâmbia.

A Guiné-Bissau foi representada pela elite política do PAIGC, já nas vésperas da emancipação total do jugo colonial português. O Tratado de Lagos, de 28 de Maio de 1975, proporcionou a criação formal da CEDEAO. Dessa forma, a Guiné-Bissau constituiu-se num dos membros fundadores da referida organização regional (PENNA FILHO, 2000).

Apesar de continuarem a ser membros da CEDEAO, Benim, Burquina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo resolveram criar, em Janeiro de 1994, em Dakar, outro processo de integração: a União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA). Esses países passaram a compartilhar a mesma moeda, o Franco CFA. Entre 1945 e 1958, o CFA significava *Colonies Françaises d'Afrique*, e a moeda criada recebeu o acrónimo CFA. Com a independência desses países africanos no começo dos anos 1960, o Franco CFA ainda continuava sendo usado, mas já com outro significado para o acrónimo CFA, agora *Communauté Financière Africaine* (Comunidade Financeira Africana).

A Guiné-Bissau foi o oitavo país a fazer parte dessa união monetária, precisamente em 1997. Assim, abandonava a sua moeda oficial, Pesos da Guiné-Bissau, que estava em uso desde a independência. A sua adesão à UEMOA causou uma relativa estabilização monetária, a qual foi interrompida pela já abordada guerra civil.

Nas relações de cooperação internacional da Guiné-Bissau, a União Europeia (UE) ocupa um lugar importante. As relações de cooperação foram articuladas em 16 de Junho de 1975, com a adesão da Guiné-Bissau à convenção de Lomé (capital de Togo), em uma parceria entre os Estados da África, de Caraíbas e do Pacífico (ACP) com a EU, por meio do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Por ter aderido a essa convenção, a Guiné-Bissau tem sido beneficiada pela União Europeia com recursos, a maior parte é direcionada às ações de cooperação nas áreas de combate à pobreza, da defesa do meio ambiente e da igualdade de género, entre outras.

Importa referir que no plano regional, nos últimos anos a Guiné-Bissau enquadra-se nos projetos de cooperação com a EU, geralmente por duas vias: África Ocidental, por meio da CEDEAO ou UEMOA, ou por via dos PALOP. A principal distinção das duas vias consiste no seguinte: pela via da África ocidental, são observados como prioritários os setores de defesa do meio ambiente, saúde, energia solar e apoio ao processo de integração no quadro da UEMOA.

Enquanto isso, pela via dos PALOP, a cooperação com a EU, apesar de ser relativamente abrangente, dá maior ênfase à capacitação de recursos humanos, à gestão de empresas, aos investimentos estrangeiros e comércio, estatística, administração pública e saúde também.

Além das iniciativas regionais, entre outras relações de cooperação, a Guiné-Bissau mantém cooperação com Portugal. O ex-colonizador é tradicional parceiro estratégico de cooperação com o país e muito importante nas intermediações da parceria Guiné-Bissau-EU.

Também existem parcerias de cooperação para o desenvolvimento com a França que merecem ser lembradas, por causa da sua importância. Há resquícios de acordos de cooperação entre esses dois Estados que datam o ano de 1976, porém desde a década de 1960, por meio de iniciativas e arranjos daquilo que viria a ser CEDEAO, a Guiné-Bissau (representadas pelas lideranças do PAIGC) e a França já se aproximavam.

As referidas relações de cooperação desdobram-se nas áreas de cooperação técnica, cultura, científica e econômica. Por ser um País africano inserido numa região de influência da França, esta potência do Ocidente tem adotado o soft power como o principal mecanismo de disputa pela influência na Guiné-Bissau, sobretudo em relação a Portugal. Dos acordos assinados e materializados entre a República da Guiné-Bissau e a França, provavelmente o rubricado em Novembro de 1990, que gerou a construção do Centro Cultural Franco Bissau-Guineense, seja o mais importante; o que explica, por si só, a importância atribuída à dimensão cultural na estratégia de busca por ampliação da influência francesa na nação.

O LUGAR DA GUINÉ-BISSAU NO SISTEMA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL A

Guiné-Bissau vem sendo tratada pela comunidade internacional como um caso de extrema fragilidade institucional em contexto pós-conflito, ainda dominada pela ação de grupos locais e extremos de delito organizado.

Aos países pobres e mais beneficiários dos recursos técnicos e financeiros da cooperação foram estabelecidas, por parceiros bilaterais e organismos financeiros internacionais, condicionalidades políticas que estes procuram observar como requisito para receber fundos e apoios. Uns por força da conjuntura ou estrutura política doméstica desfavorável, outros por um plano nacional de cooperação internacional, geralmente apoiado na observância de regras e normas das instituições financeiras internacionais e dos parceiros bilaterais, recebem a “ajuda internacional” da qual são dependentes (GONÇALVES, 2010; TAN, 2010) Cabo-Verde, a exemplo da Guiné-Bissau, depende da cooperação internacional, sendo a cooperação internacional para o desenvolvimento um dos principais eixos de sua política externa. Ou seja, a cooperação internacional ocupa lugar importante no plano estratégico do desenvolvimento desse arquipélago (GONÇALVES, 2010 citado por M'bundé, 2018, p.105).

Já a cooperação para a Guiné-Bissau, diferentemente de Cabo-Verde, tem sido um fator importante para apoiar a sobrevivência financeira do próprio Estado, tendo sua inserção internacional, a qual é baseada na cooperação internacional para o desenvolvimento, se processado nesse sentido. A política externa guineense, em termos efetivos, tem sido condicionada estruturalmente (por problemas políticos internos) a mover-se por

mobilização de parcerias e iniciativas que apoiem o orçamento do país e seu processo de criação de condições com vistas à estabilidade política.

Parece contraditório, mas é verdade que a instabilidade política, os golpes de Estado e conflitos internos em um país podem atrair recursos de cooperação tanto quanto fazem a estabilidade política e “o respeito aos princípios democráticos e dos direitos humanos”

É claro que em contexto de estabilidade política e governativa (é o conveniente, não se compara com um ambiente de crise) fluem quase naturalmente as relações de investimentos e projetos de cooperação, mas também em situações de crise e conflitos, os parceiros e entidades de cooperação podem redobrar sua atenção como forma de justificar sua existência (organizações humanitárias) e a essência da própria cooperação (tanto cooperação Norte-Sul como cooperação Sul-Sul). Timor-Leste (há poucos anos), Haiti entre outros, são casos em que se mobilizaram entidades e países “doadores” para apoiar governos.

Podemos, no entanto, admitir que, nesses casos os recursos providos tendem a ser mais de natureza emergencial e humanitária, mobilizados para situações geralmente pontuais e de curto prazo. E, também, a tendência é que os parceiros multilaterais (as organizações internacionais) sejam os principais articuladores e financiadores de “ajuda”. Os parceiros bilaterais (os Estados) estratégicos e especiais tendem sempre a ser assíduos parceiros.

A localização territorial da República da Guiné-Bissau no litoral da África faz o país ficar muito próximo da Europa e do continente americano, em função disso o país torna-se muito importante em termos geopolíticos e geoestratégicos, no que diz respeito especialmente à segurança regional e internacional.

Esse fato ficou evidente nos últimos anos, em consequência da utilização de suas fronteiras por narcotraficantes que abastecem o mercado europeu e norte-americano com drogas provenientes da América do Sul. Importa igualmente salientar que, associado a esse fator de natureza de segurança internacional, o anúncio de descoberta de recursos minerais (petróleo, fosfato e bauxite) tem despertado interesses econômicos diversos na Guiné-Bissau. Contudo, a instabilidade política do país tem obviado à prossecução de qualquer plano de desenvolvimento. Segundo Abdulai Keita, *“um dos entrevistados, de ponto de vista de observação do desenvolvimento, a Guiné-Bissau nos últimos 30 anos tem vivido praticamente numa situação de transição, ou seja, numa situação da instabilidade política e institucionais permanentes”*. Naquele quadro o País conheceu vários processos eleitorais, mais de trinta (30) governos, e cada um desses governos definiu prioridades diferentes.

Já com o total restabelecimento da normalidade política, cujo marco foi a realização de eleições gerais e o empossamento de presidente e governo eleito eleitos em 2014, os parceiros tradicionais da Guiné-Bissau (EU, FMI, BM, Portugal, Espanha, França, EUA, programas da ONU, com destaque para o PNUD e o Fundo das Nações Unidas

para a Infância “UNICEF”, entre outros) normalizaram suas relações de cooperação com a Guiné-Bissau.

Há uma década, grande parte da cooperação para o desenvolvimento entre os países da OCDE e a Guiné-Bissau passou a ser desenvolvida a partir de um programa macroeconómico do governo, com base em Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza (DENARP). Este documento nacional foi elaborado em 2004 (DENARP I) e a sua segunda versão em 2011 (DENARP II).

Outros países emergentes, que também se apresentam como parceiro de desenvolvimento da Guiné-Bissau, merecem ser brevemente considerados aqui. São os casos de Venezuela, Turquia, Índia e África do Sul. Nos últimos anos, a Venezuela tem se apresentado como um ator disponível a desenvolver parcerias de cooperação com a Guiné-Bissau. Os seus esforços têm sido direcionados mais para a área de educação superior, concedendo bolsas de estudo aos estudantes da Guiné-Bissau, em que a parte significativa vai cursar Medicina e cursos afins na Venezuela.

Por seu turno, a Turquia aos poucos vem buscando seu espaço na Guiné-Bissau por meio de apoios recentes, como contribuições financeiras para as realizações de eleições, tendo sido a Agência Turca de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (TIKA) as principais articuladoras desta aproximação de governo de Ancara à Guiné-Bissau vêm sendo frequentes nos últimos anos.

Enquanto isso, a Índia que apenas era uma parceria comercial da Guiné-Bissau, tradicionalmente a maior compradora da castanha de caju guineense manifesta interesse em aumentar sua presença no país e esta pretensão ficou clara com a recente abertura de consulado neste país africano. Já a África do Sul, parceira emergente e africana da Guiné-Bissau, atua na área de telecomunicações desde 2007, sendo sul-africana a principal empresa de telecomunicação na Guiné-Bissau tem em torno de 520 mil assinantes ativos, sendo líder no mercado de indústria da rede móvel na Guiné-Bissau, com aproximadamente 76% de liderança.

Vale lembrar que esses dois últimos países, a Índia e a África do Sul, no âmbito do seu bloco conjunto, o IBAS (M'BUNDE, 2018), desenvolvem cooperação com a Guiné-Bissau no campo de desenvolvimento agrícola e rural.

4. A política Externa Chinesa para a Guiné-Bissau

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HISTÓRIA E CULTURA

Mapa 2: República Popular da China e suas fronteiras



Fonte: Mycolors Dreamstime.com

A República Popular da China é berço da mais antiga civilização contínua do mundo, com um registo histórico que já soma 4 mil anos. Ela está localizada no leste do continente asiático e a Oeste do Oceano Pacífico. É um país com cerca de 9,600,000 km² e a sua superfície terrestre ocupa o terceiro lugar no mundo entre os Países com maiores extensões territoriais, logo depois da Rússia e Canadá, que ocupam primeiro e segundo lugar respetivamente. O País é banhado a leste e sul pelos mares de Bohai, Huanghai (Amarelo), Donghai (Oriental) e Nanhai (Meridional). Sua fronteira terrestre possui cerca de 22,800 km de largura, limitando se com 15 países: a leste e sudeste, através do mar, com a República da Coreia, o Japão, as Filipinas, o Brunei, a Malásia e a Indonésia. Nas suas extensas águas marítimas existem 5,400 ilhas, o maior são Taiwan, com 36,000km² e Hainan, com 34,000km². A outra que é a ilha Diaoyu e a ilhota Chiwei se encontram a nordeste de Taiwan e são as mais orientais do país.

No mar de Nanhai há numerosas ilhas e ilhotas, recifes e brancos de areia que são chamadas “ilhas do Mar Meridional da China”, sendo os arquipélagos mais meridionais do país e pela sua localização recebem os nomes de Dongsha, Xisha, Zhongsha e Nansha. Convém sublinhar que este País asiático possui uma rica história; segundo estudiosos, a sua cultura, tradições, manifestações religiosas, são datadas de milhares de anos atrás.

A história do país, de modo generalizada, pode compreender ao menos quatro períodos, a saber: pré-histórico-antiga, idade média, moderno e contemporâneo. O período pré-histórico (antigo), no entendimento desse autor, constitui a origem do povo chinês e, no sentido mais alargado, a era das primeiras dinastias. Segundo ele, o povo chinês originou-se no vale do rio Huang He ou simplesmente Rio Amarelo. Não obstante, nos seus dizeres, haja uma forte escassez de provas arqueológicas sobre o fato. (Gonçalves, 2016).

Oficialmente a República Popular da China foi fundada em 1912 com a queda da última dinastia, a Dinastia Qing (manchus), sob o comando do então fundador do partido nacionalista chinês, Sun Yixian, primeiro presidente da mesma e que contou com apoio não só dos estudantes, mas também dos trabalhadores urbanos pouco satisfeitos com o regime na altura vigente. O Sun, na altura pertencente ao partido nacionalista, ao longo dos anos que se seguiram construiu uma aliança com Partido comunista, na época recém-fundado por seus líderes Mao Tsé Dung e Chen Dxiu, dando início assim a uma série de reformas políticas e sociais importantes.

Não obstante, assegura ainda o mesmo autor, a aliança e a convivência dos dois partidos sofreu um abalo; ou seja, em 1925 mais precisamente, com o falecimento do Sun, que foi substituído por Chiang Ki-Shek, por meio de um golpe de estado houve um rompimento com os comunistas e a deflagração de sua perseguição, sendo estes obrigados a retirar suas tropas e a procurar outros redutos para melhor definir as suas ações.

Os conflitos entre os nacionalistas e os comunistas, conforme atesta a mesmo autor, possibilitaram a penetração dos japoneses no território chinês e a consequente tomada por parte destas cidades de Pequim e outras grandes cidades chinesas. Enfrentando grandes problemas e a dificuldade em controlar a seu reduto o partido nacionalista viu sua base e toda a sua tropa a dispersar, fato que o Mao Tse Dung soube bem tirar proveito, lançando suas tropas a ofensiva que teve como consequência a consequência de toda a região norte da China e, sobretudo, mais precisamente em 1949, a consolidada vitória e a proclamação da República Popular da China.

De acordo com Souza (2007, p.104) “A era Mao durou 27 anos, entre o início do novo regime e a morte desse líder chinês, compreendendo tensões, realizações e frustrações, em um quadro da intensa agitação política de massas” o que demonstra, de certa forma, a mistura de momentos de conquista, de glórias e de desilusões vividos por esse que foi um dos maiores líderes da China moderna.

Na China, sob sua liderança, foram promovidas várias ações visando desenvolver a economia chinesa, entre elas a reforma agrária, a industrialização etc. Ademais a política externa chinesa se alinhou a da antiga URSS e as dos países europeus do bloco soviético. Também foi aprovada a constituição do novo regime em 1954 que concebia a China como um estado socialista entre outras coisas.

Em conformidade com esse mesmo autor, em 09 de Setembro de 1976 o Mao Tse Tung faleceu e foi substituído por Hua que reabilitou o Deng Xiaoping (que foi banido por ser visto com desconfiança por Mao) e encarcerou vários dos elementos tidos como os mais esquerdistas do regime, os chamados “Bando dos Quatros” entre os quais a última esposa de Mao. Nesse sentido, em 1978, dois anos depois da morte de Mao, já sob liderança de Deng Xiaoping, foi realizada a quinta Assembleia Nacional Popular, sendo promulgado uma nova constituição. E revisada a doutrina maoísta. Houve, a partir de então, iniciações ao processo de modernização e liberalização na China que culminou com a assinatura de um convénio em 1985 com Reino Unido para a devolução de Hong Kong à sua jurisdição, por um lado, e, por outro, com Portugal no caso Macau.

Depois da liderança do Deng Xiaoping, no entanto, se seguiram outras três lideranças até os dias atuais, quais sejam: Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping, atual presidente, todos da ascendência do Partido Comunista Chinês. A política de abertura económica chinesa deu início em 1978 com a chegada ao poder de reformista Xiaoping que acreditava numa China maior a partir da expansão das forças produtivas, ou melhor, através da abertura económica chinesa aos mercados mundiais, esta nova estratégia política do Deng Xiaoping, segundo Abegunrin e Manueruke (2020), houve avanços significativos para população, por conseguinte, milhões de pessoas saíram da extrema pobreza, contudo, revelou-se o seu autoritarismo quando esse ordenou repressão contra manifestantes em Junho de 1989 na Praça da Paz Celestial.

AS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A República Popular da China, sendo a segunda economia mundial, atrás, dos Estados Unidos da América, hoje é uma das principais parceiras do continente africano para o desenvolvimento económico, fortalecendo relações estabelecidas a partir de décadas de 1950 e 1960. Neste capítulo aborda-se a forma como foram as relações entre este país e aquele continente, quais os reais interesses da China e os benefícios dessa relação, nos diferentes campos, económico, político, diplomático e estratégico.

Segundo a historiografia, as relações entre a China e o continente africano desde sempre foram guiadas pelas questões político-ideológicas e económicas e que ambos os lados se interessaram em manter estas relações. As relações político-ideológicas dominaram nas décadas de 1950 e 1960 quando os países africanos lutavam para suas independências. Já com as independências conseguidas, no final da década de 1960 e início de 1970, as relações económicas e comerciais ficaram mais fortes.

Convém referir que as referidas relações compreendiam a ajuda política e ideológica, além de cooperações em outras áreas, desde infraestruturas, finanças, agricultura e saúde. Segundo (M´bunde, 2018), em 1963, o valor total de apoio económico chinês ao continente africano era de 50 milhões de libras esterlinas que hoje corresponderia a um pouco mais de 78 milhões de dólares americanos. Para a China, independentemente da sua solidariedade de mais de 60 anos, o continente africano foi e ainda é uma região

estratégica de grande importância para inserção internacional chinesa; e de grande interesse económico (M'BUNDE, 2018).

Portanto, percebe-se que a potência asiática reserva na sua agenda da política externa; um lugar de extrema importância para o continente africano. A China, apesar de ser interpretada hoje como um país emergente, já tinha no seu passado distante (quando era império), a experiência de Relações Internacionais, mas de forma diferente do Ocidente. Também sofreu com a opressão e colonialismo do Ocidente depois da queda da sua hegemonia por parte da Inglaterra.

A China desenvolve um discurso em que; se considera como país em via do desenvolvimento, fazendo parte do movimento terceiro-mundista, o termo que surgiu no seguimento da Conferência de Bandung na Indonésia em 1955.

A liderança da China apresenta-se como alternativa para ajudar os países periféricos a sair da dependência do sistema capitalista ocidental em especial dos Estados Unidos. Estes países, incomodados com as políticas capitalistas, o que Immanuel Wallerstein (2006) chamou de “sistema-mundo” ou “economia-mundo”, optaram por criar relações com a China. É importante dizer que apesar de existir uma interpretação no Ocidente, principalmente dos seus políticos e académicos, contra a expansão da China na África, os líderes africanos continuam olhando a China como uma parceira económica de grande importância e que respeita a soberania dos seus países. Abegunrin e Manueruke (2020), nas suas observações admitiram que o fim da Guerra Fria acabou por potenciar o rápido envolvimento económico e política chinês. Este processo faz com que a China passa a ser caracterizada como *new imperialist, new actor, giant economy and emerging power*. A denominada cooperação Sino-africana representa a abertura deste país a vasto mercado que ali se encontra e o seu papel crucial no seu desenvolvimento económico. De acordo com Menezes (2013), já com a criação do Forum on China-África Cooperation (FOCAC) - Fórum de Cooperação China-África nos anos 2000, os laços entre China e África foram consolidados como uma forte política de aproximação entre ambos.

O FOCAC possuía metas ambiciosas: cancelamento de dívidas de países africanos, programas de cooperação técnica em várias áreas, criação de fundo de investimento chinês na África. O FOCAC chamou a atenção das médias internacionais que o retratavam por vezes de forma negativa. Notícias sensacionalistas eram veiculadas, tais como “invasão chinesa na África” e “a nova partilha da África”, transmitindo a ideia de que a China somente exploraria as matérias-primas dos países africanos, em uma relação totalmente desigual, tornando-os cada vez dependente da China.

A POLÍTICA CHINESA EM ÁFRICA

A política chinesa na África constitui um dos principais componentes de sua estratégia diplomática. Desde a fundação da República Popular da China, em 1949, até o final do século XX, ou seja, durante um período de meio século, a estratégia diplomática chinesa

atravessou cinco períodos, cada um com características distintas: o alinhamento com a União Soviética durante anos 50; a luta contra dupla hegemonia durante a década de 60; a reaproximação com o Ocidente durante a década de 70; o jogo triangular entre os dois campos durante os anos 80; e não-alinhamento na década de 90. As relações sino-guineenses desenvolveram-se graças à reformulação adequada da estratégia diplomática e da política externa chinesa na África.

Após a segunda guerra mundial, dois campos distintos enfrentavam-se no mundo, dirigidos respectivamente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Portanto, desde sua criação, em 1949, a China foi arrastada no turbilhão da Guerra Fria entre o leste e oeste. A tarefa externa mais urgente para o novo regime chinês era garantir sua segurança. Considerando que o governo norte-americano apoiara o poder do partido nacionalista chinês (o poder de Chiang Kai-chek) na guerra civil da China (1946-1949), era de se esperar que, quando tomou poder, o partido comunista chinês passasse a praticar uma estratégia diplomática de “pender para um lado só”. Isto é, a China escolheu o campo socialista, a amizade e a aliança com a União Soviética, e lutou contra o campo capitalista, dirigido pelos Estados Unidos, com a Guerra da Coreia vindo reforçar a posição chinesa.

A estratégia diplomática que a China praticou durante 50 anos resume-se, sucintamente, a “pender para um lado só”. Naquele contexto, quase todos os grandes países ocidentais tinham imposto, um após o outro, um bloqueio à China e adotado políticas restritivas em relação a ela, particularmente os Estados Unidos. Naquela época, os únicos parceiros políticos da China eram a União Soviética e os países socialistas asiáticos e europeus.

Foi nesse contexto internacional desfavorável que o governo chinês resolveu estabelecer e desenvolver suas relações com os países africanos, relações que conseguiram, contudo, progredir gradualmente, graças a seus esforços comuns. Até 1955, a nova China ainda não estabelecera relações diretas e efetivas com o continente africano. O que pode explicar-se pelas seguintes razões: por um lado, durante a primeira metade da década de 50, a China estava às voltas com problemas internos e assuntos asiáticos; por outro, naquela época, apenas um punhado de países tinha conseguido sua independência no continente africano, enquanto a maioria permanecia sob o controle das metrópoles europeias.

Na primeira metade dos anos 50, ocorreram dois acontecimentos que iriam estimular o desenvolvimento das relações políticas entre a China e a África. O primeiro foi a proclamação, em 1954, dos “Cinco Princípios de Coexistência Pacífica”. A fim de consolidar a independência recém-conquistada e reverter a situação desfavorável, enquanto fortalecia as relações com os outros países do campo socialista, o governo chinês adotou uma série de medidas para desenvolver as relações com os países recém-independentes da Ásia, da África e da América.

Em Dezembro de 1953, Zhou Enlai, então primeiro-ministro e ministro do Exterior, enunciou pela primeira vez, em nome do governo chinês, os cinco princípios que

norteariam o desenvolvimento das relações políticas sino-estrangeiras, a saber: 1) respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; 2) não-agressão mútua; 3) não-ingerência nos assuntos internos; 4) igualdade e vantagens recíprocas e 5) coexistência pacífica. Convém observar que esses cinco princípios eram aqueles iniciais e eternos da política externa da China, e desde então, o governo chinês reafirmou em várias ocasiões esses princípios e sua “aplicabilidade” para as relações com os outros países. Portanto, de certa forma, também serviram de base para o desenvolvimento posterior das relações políticas entre a China e os países da África.

O segundo acontecimento foi a convocação da Conferência Afro-Asiática, realizada em Bandung, na Indonésia, em Abril de 1955. O significado histórico dessa conferência era oferecer oportunidades de contatos diretos entre a China e os países da África. Foi durante essa conferência que Zhou Enlai encontrou-se, pela primeira vez, com dirigentes africanos (egípcio, etíope, líbio, sudanês, liberiano e ganense). Após a conferência, a China intensificou os contatos com os países africanos e os resultados foram animadores.

No dia 30 de Maio de 1956, a China e o Egito assinaram um conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas com a China. Desde então, os países africanos que estabeleceram relações diplomáticas com a China foram cada vez mais numerosos. Na década de 50, mais precisamente entre 1956 e 1959, a China estabeleceu sucessivamente relações diplomáticas com cinco dos nove países que acabavam de tornar-se independentes: Egito, Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné.

Sublinha-se que o Partido Comunista Chinês (PPC) já fornecia apoio militar e bélico aos movimentos independentistas no continente africano desde as décadas de 1950 e 1960. Com a realização da conferência de Bandung pelo movimento terceiro-mundista, a China e as lideranças políticas africanas se aproximaram ainda mais. A potência oriental continuava a alargar a sua relação de amizade com diferentes nações e movimentos nacionalistas e independentistas na África.

Da revolução comunista a 1978, da proclamação da República à abertura económica (1949-1978), a política externa chinesa para a África foi claramente caracterizada por questões ideológicas e políticas, tendo a luta contra o colonialismo e imperialismo definido a sua política externa na região, por um período de três décadas. Os primeiros 30 anos da política externa chinesa para a África (1949-1978) não foram somente caracterizados pelo apoio político e militar à região. Nesse período, considerado primeiro momento das relações sino-africanas, foram desenvolvidos programas de cooperação em diversos campos, desde infraestruturas, finanças, agricultura e saúde (RYSDYK, 2010, citado em M’bundé, 2018, pg.125). Em 1963, o total de “ajuda” económica da China ao continente africano era de 50 milhões de libras esterlinas, soma que hoje corresponderia a um pouco mais de US\$78milhões. No mesmo ano, a China rubricou acordos de assistência económica e técnica com vários países africanos, possibilitando envio de técnicos à África para dar assistência na área tecnológica.

No que concerne a saúde e agricultura, a China financiou o congresso afro-asiático de oftalmologia no Cairo (capital do Egípto) em 1960, envio à Tanzânia aproximadamente 100 peritos para trabalhar na área de agricultura e irrigação, bem como no plano do desenvolvimento económico daquele país. Entre 1970 e 1975, foram construídos 1860 km de ferrovia para ligar a então capital tanzaniana, DaresSalaam, à província de Copperbelt, na Zâmbia, lembra Janaina Rysdyk (2010, citado por M'bundé, 2018, pg.125). Para realizar essa obra, o PCC concedeu empréstimo de US\$ 405 milhões sem juros, além da mão-de-obra de 50 mil trabalhadores. Porém, a despeito desses altos valores financeiros envolvidos nesse contexto, as relações económicas e comerciais sino-africanas se esfriaram um pouco em decorrência das crises dos finais da década de 1960 e 1970, pelo menos não acompanharam o mesmo ritmo das décadas anteriores (RYS DYK, 2010, M'bundé, 2018, pg.125). A preocupação em sanear os problemas económicos internos motivaram a China Popular a reduzir intensidade nas relações comerciais com a África. A variável económica não consegue explicar esse cenário, havia também elemento político-estratégico a considerar. Nesse período prenunciava-se “o fim da Guerra Fria, refletindo a reaproximação sino-soviética e tornando, consequentemente o continente africano menos estratégico na disputa da China com a URSS e os EUA por zonas de influência” (RYS DYK, 2010, pg.21).

Ademais, nesse contexto o país asiático procurava diversificar suas relações internacionais, contudo, as relações diplomáticas com os países africanos continuavam estáveis e regulares. Porém, como mostra Hong-Ming (2004), a China não demorou a recuperar-se e a relançar sua parceria com a África. Esse novo combustível nas relações sino-africanas coincide ou se deu por conta de abertura comercial promovida por Deng Xiaoping.

Já com a abertura, o comércio desatou-se dos embaraços ideológicos, passando a adotar o pragmatismo e agilidade como características fundamentais das suas relações externas. A década de 1990 foi o período em que o modelo chinês de cooperação para o desenvolvimento se apresentou de maneira mais atrativa, como o mais ideal para muitos Estados africanos. Essa avaliação, ou crença, das elites políticas africanas era decorrente das condicionalidades da cooperação internacional para o desenvolvimento impostas pelas instituições financeiras de Bretton Woods e agências bilaterais de cooperação aos países africanos, e que não deram certo.

O modelo chinês tem duas condicionalidades políticas; que a parte cooperante não reconheça diplomaticamente a República da China-Taiwan. Todavia, a ampliação das relações de cooperação chinesa com os países africanos conheceu uma profunda e intensa dinâmica a partir dos anos 2000, com o início do chamado FOCAC e também com a criação do Fórum de Macau, precisamente em 2003. As duas plataformas sino-africanas de cooperação e comércio sinalizam de maneira inequívoca a importância que a política externa do PCC atribui à África, na sua estratégia de contínuo crescimento económico, neste novo milénio. A “irrupção” da investida comercial e da cooperação chinesa no continente africano acompanha o acelerado crescimento económico dessa potência oriental, na primeira década dos anos 2000, especialmente a partir da liderança

de Hu Jintao. Foi justamente a partir dessa época que as relações de cooperação sino-guineense foram intensificadas e ampliadas.

Desde a proclamação da República, em 1949, até os dias atuais, a política externa chinesa para a região manteve suas principais características políticas e económicas tradicionais. No primeiro momento de sua aproximação ao continente africano, o país oriental claramente priorizou desenvolver e fortalecer relações políticas e ideológicas com os países africanos que haviam se tornado independentes. Não obstante, como advertem Hong-Ming (2004) e (Rysdyk, 2010, M'bundé, 2018, pg.127), “as relações comerciais sempre estiveram presentes nas relações sino-africanas. Nesse contexto histórico (1949-1978) da Guerra Fria, a China priorizou as dimensões políticas e ideológicas na sua agenda de política externa para a África”.

Um clássico exemplo da obstinada perseguição chinesa por zonas de influências na África, no período da ordem internacional bipolar, é o caso angolano. O PCC apoiava as três frentes independentistas de Angola: Movimento Popular de libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) conforme nos lembra Hong-Ming (2004, citado em M'bundé, 2018, pg.127). Quando o PCC tomou conhecimento de que a União Soviética apoiava o MPLA, a China passou imediatamente a apoiar os movimentos rivais, especialmente a FNLA.

Em 1975 (após a independência), os três movimentos independentistas angolanos formaram uma frente comum e assinaram, com a representação portuguesa, os Acordos de Alvor, que previam a participação de todos eles no governo do país. Porém, por causa da existência de rivalidades políticas, não se verificou entendimento entre as três forças angolanas. Em Março de 1976 registaram-se violentos confrontos entre o MPLA e a FNLA, que marcaram o início de uma guerra longa e sangrenta. As duas organizações procuraram apoios no exterior.

A FNLA simbolizava o anticapitalismo. O MPLA passou a controlar Luanda (capital) com o apoio de Cuba e da URSS; a FNLA contou com ajuda do Zaire, da China e de alguns países ocidentais; e a UNITA foi apoiada pela África do Sul e pelos EUA. A UNITA e a FNLA viriam a formar uma frente comum como MPLA.

Fica evidente que, durante a ordem bipolar, a pretensão chinesa era fazer face à crescente influência da URSS na África. Por isso, a China sempre apoiava o oponente de quem era apoiado pela URSS, independentemente de sua orientação ideológica. Dito isso, denota-se que o objetivo primordial do PCC era construir sua influência no continente africano. Ainda que o seu aliado africano tivesse eventualmente uma orientação político-ideológica ocidental, uma vez que fosse adversário do aliado da URSS tornava-se importante e estratégico para a China naquele momento. Portanto, pode-se dizer que o objetivo imediato chinês era abrir e ampliar zonas de influência na África e conseguir aliados, era o primeiro passo, e só depois pensar em cooptação política, económica e ideológica destes.

Com o fim da bipolaridade Leste-Oeste, a dimensão comercial e económica que já se figurava na agenda de cooperação sino-africana no período anterior, tornou-se patente e passou a construir disparadamente a prioridade de suas relações com a África, até os dias atuais. O que nos leva a admitir que, hoje, os interesses chineses no continente africano passam pela exploração de recursos naturais, abertura e ampliação do mercado e obtenção de mão-de-obra barata. O principal instrumento de alavancamento desses objetivos tem sido a chamada cooperação Sul-Sul chinesa, cujas características essenciais são trocas comerciais investimentos em infraestruturas e construção civil, e exploração do petróleo no continente africano (BRAUTIGAM, 2011, M'bundé, 2018, pg.129).

Ao longo das relações chinesas com os países da região, diversos prédios públicos foram construídos, bem como estádios de futebol, estradas, escolas e centros de desenvolvimento agrícola. Além disso, diversos hospitais foram construídos pelos chineses, que também têm fornecido capacitação e formação para médicos e diversos outros profissionais locais. A construção de infraestrutura e a capacitação de profissionais africanos são questões fundamentais nas relações sino-africanas, uma vez que vão ao encontro dos anseios africanos de modernidade e dignidade, pouco enfatizado pelas potências ocidentais.

Outro ponto importante nas relações é o auxílio financeiro dado pela China aos países africanos. Diferentemente do Ocidente, os chineses não impõem aos países recetores de seu auxílio demandas e condicionalidades políticas. Ainda, grande parte da ajuda chinesa é feita através de construção de infraestrutura, e não por meio de pagamentos realizados diretamente aos governos, evitando significativamente desvio de verbas e corrupção (SAUTMAN, HAIRONG, 2006, p.58)

Além disso, ao contrário dos órgãos financeiro internacionais, o auxílio financeiro chinês é bastante dinâmico, sendo disponibilizado em um prazo de tempo muito menor, o que agrada as lideranças africanas. A interação entre a China e África mudou o panorama económico do continente. Para além dos investimentos, dos projetos de auxílio e da construção de infraestrutura, a grande demanda chinesa por *commodities* favoreceu enormemente as economias africanas, transformando as possibilidades de crescimento em um crescimento real e contribuindo para o desenvolvimento económico expressivo do continente nos últimos anos.

A POLÍTICA EXTERNA DA CHINA PARA A GUINÉ-BISSAU

As relações diplomáticas entre a República Popular da China e a Guiné-Bissau começaram em 1974, ano em que o país africano logrou a independência. Todavia, a China e a liderança política do PAIGC tiveram as primeiras aproximações nos anos 1960. Por um lado, o seu contacto nesse período estava relacionado à necessidade que o PAIGC tinha em relação ao apoio político e militar para iniciar a luta armada contra o sistema colonial português e lograr independência nacional. Por outro lado, dentro da estratégia da política externa chinesa de mobilização ideológica e política, apoios à luta

anti-imperialista e anticolonial eram necessários para atrair mais adeptos ao seu modelo político-ideológico (HONG-MING, 2004, M'bundé, 2018, pg. 134). A motivação para a aproximação PCC-PAIGC residia-se fundamentalmente nisso.

As referidas relações sino-guineense precederam o início da guerra de libertação nacional na Guiné-Bissau. Salienta-se que nesse contexto, o apoio chinês à guerrilheiros, tendo se estendido ao fornecimento de armas e demais equipamentos militares, além do suporte financeiro e logístico concedido pelo PCC aos revolucionários guineenses. Um elemento importantíssimo a destacar é o fato de toda a assistência bélica chinesa ao PAIGC ser acompanhada de grande apoio e respaldo político e, em alguma medida, ideológico. Dito isso, o primeiro momento das relações da China e a nação guineense (cuja representante era o PAIGC) foi caracterizado essencialmente pela mobilização de fatores que possibilitassem o início da luta armada para a independência nacional.

Desse modo, em termos da evolução histórica das relações sino-guineense, podemos dizer que no período que vai até 1974, as suas relações se concentraram nos esforços relacionados com a criação de condições com vistas à emancipação política da Guiné-Bissau do opressivo sistema colonial português. Em outros termos, mais ou menos entre 1960 a 1974, a política externa do PCC para a Guiné-Bissau procurou ajudar reunir fatores políticos, logísticos, financeiros e principalmente militares com o propósito de consecução da independência da Guiné-Bissau.

Segundo as afirmações de um dos entrevistados no quadro deste trabalho, Muniro Conté, *“a China sempre foi um dos parceiros tradicionais, inclusive nos momentos da luta da libertação armada, a China deu um apoio inestimável na formação dos quadros da Guiné-Bissau, na academia e após a independência também a China ofereceu bolsas de estudos na área de medicina”*. Ultimamente falou-se das questões de madeira, que no entender do Conté os chineses não tiveram uma postura que era de esperar, tendo contribuído para o desmantelamento total das árvores na Guiné-Bissau.

A política externa de Pequim para este país africano, nesse período histórico, insere-se dentro do escopo da estratégia chinesa de atração de adeptos ao seu viés político-ideológico, cujo mecanismo era apoiar política e militarmente as nações asiáticas a lograrem suas independências nacionais. Outrossim, lembramos que nesse período histórico um dos mais importantes acordos de cooperação entre os dois países parceiros foi o de setor de educação, instituído em 1977. A partir desse convênio, os estudantes guineenses contemplados com bolsas de estudo passaram a ir para a China fazer formação superior completa. Após a independência da Guiné-Bissau e do estabelecimento oficial de relações diplomáticas entre os dois países, além de estabelecer a cooperação no domínio de educação e formação, o governo do país comunista e o país africano firmaram cooperação no setor de saúde pública em 1976, um ano antes da assinatura do acordo de cooperação no domínio da educação. A saúde e educação fazem parte das primeiras áreas em que Guiné-Bissau e China começaram a cooperar. Tudo isso num contexto em que as parcerias de cooperação entre guineenses e

chineses eram inseridas prioritariamente dentro de sua estratégia de atração e difusão do seu sistema político e ideológico. Por conseguinte, a China abriu uma embaixada na Guiné-Bissau em 15 de Março de 1974, tendo construído o próprio edifício em 1975, aberto ao público em 16 de Fevereiro de 1976 pelo embaixador Jia Huaiji.

Na década de 1980, houve pouco avanço substancial de cooperação para o desenvolvimento entre Guiné-Bissau e China. De acordo com (Rysdyk, 2010, citado em M'bundé, 2018, pg.136), “a República Popular da China manteve estável sua relação com os países africanos, embora tenha desacelerado parcerias de cooperação económica e comercial com os Estados da região. Isso teria acontecido devido à prioridade do PCC em sanar e estabilizar internamente a sua economia”.

Na verdade, no decénio de 1980, a política externa de pragmatismo económico chinês direccionou-se aos países africanos que tinham muito a dar ao país oriental (HONG-MING, 2004, M'bundé, 2018,pg. 137). A Guiné-Bissau não entrava no rol desses países, ainda mais em um contexto em que tinha acabado de se tornar independente. Portanto, esse fato pode explicar as razões de não haver muita evolução da cooperação sino-guineense e de pouca aproximação dos dois Estados durante a década de 1980. Dos poucos acordos firmados durante esse período, foi rubricado o acordo cultural em 1982.

Nesse período, a única visita importante da China foi a do vice-presidente da Assembleia Nacional Popular, Wang Hanbin, que visitou Bissau em Setembro de 1989, em reação à visita da presidente da Assembleia Nacional Popular guineense, Cármen pereira, que havia visitado a China três anos antes, concretamente em Abril de 1986. Não podemos deixar de ressaltar que houve interrupção de relações de cooperação entre guineenses e chineses durante oito (8) anos, isto é, de 1990 a 1998. Esse rompimento das relações ocorreu em consequência de aproximação entre os governos da Guiné-Bissau e Taiwan, a chamada República da China. A Guiné-Bissau foi apoiada financeiramente pelo governo de Taiwan com a condição a reconhecer a sua soberania, tendo esse ato conduzido ao corte automático de relações diplomáticas com a República Popular da China. A Guiné-Bissau passou a receber de Taiwan benefícios financeiros e vários programas de cooperação após o estabelecimento de relações diplomáticas Bissau-Taipé, ocorrido em Maio de 1990. Esta situação, teria provocado esse fato e consequente fim de relações sino-guineenses. O antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros guineense **Bernardino Cardoso**, *a razão da interrupção desta relação de cooperação é clara, porque para China trata-se de um único país. A China definiu claramente que qualquer Estado que estabelece relações de cooperação com Taiwan significa para eles a clara violação dos princípios estabelecidos pelos chineses como fundamentais.*

Segundo o entrevistado, **Julião de Almeida**, *“a decisão de preferir a cooperação com Taiwan foi um erro da parte das autoridades guineenses, visto que a China desde sempre foi um parceiro de cooperação tradicional com a Guiné-Bissau”*. **Almeida** ainda sublinha que felizmente o erro foi corrigido no ano 2000, precisamente quando o

Partido da Renovação Social, PRS, ganhou as eleições presidenciais e restabeleceu cooperação.

Por sua vez, **Muniro Conté** “*admite que na altura a Guiné-Bissau tentou jogar em dois tabuleiros, o que não caiu bem aos chineses apesar de tantas marcas deixadas pela sua cooperação com a Guiné-Bissau*”. **Conté** afirmou que logo após o retomar da cooperação entre os dois países, a China voltou a ser o mesmo país de ponto de vista de interesse pela Guiné-Bissau. Convém referir que mesmo durante o período em que as relações diplomáticas sino-guineenses estavam suspensas, a amizade e o espírito solidário entre os dois povos permaneceram vivos, e o governo da China não hesita a restabelecer relações diplomáticas com todos os países que no passado decidiram se aproximar do Taiwan e depois manifestarem vontade de restabelecer relações com Pequim.

Após o ato de restabelecimento de relações no final da década de 1990, as ações de cooperação para o desenvolvimento sino-guineense ganharam ímpeto a partir do início do novo milénio. Entre os fatores que podem explicar a dinamização e o aprofundamento da política de cooperação para o desenvolvimento da China na Guiné-Bissau, podemos destacar o seu gradual crescimento económico nos finais da década de 1990 e o acelerado crescimento na década de 2000, gerando a necessidade de sua expansão pela África à procura de mercado, mão-de-obra e principalmente de recursos naturais (HONG-MING, 2004; RYSDYK, 2010). Portanto, a retomada de relações diplomáticas com a Guiné-Bissau nos finais da década de 1990 representa um novo impulso na sua cooperação para o desenvolvimento. Desde então, “a experiência da China na construção económica da Guiné-Bissau era uma mais-valia com a qual o país tem contado” (SÁ et al., 2009).

Para os entrevistados, o melhor modelo dessa cooperação sino-guineense passa necessariamente na definição objetiva das prioridades do país, preocupar-se com a utilização eficiente e eficaz da ajuda chinesa, ou seja, valorizar o máximo as ajudas que o país recebe da parte dos chineses, fazer com que esses apoios produzam efeitos positivos, mas também que contribua para reduzir no global a dependência do país face ao exterior. E por outro lado como consequência disso, aceitar como desafio, que a referida cooperação não se traduza na contribuição para o aumento da dívida do País.

No entanto, conforme os entrevistados afirmaram, a China não oferece infinitamente ajuda sem contrapartida, por isso, é preciso que essa contrapartida seja bem estudada e cuidada.

INVESTIMENTOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NO SETOR DAS OBRAS E INFRAESTRUTURAS NA GUINÉ-BISSAU E O SEU IMPACTO

A cooperação para o desenvolvimento sino-guineense ao longo da década de 2000 foi diversificada e alargada a diversos setores. Apesar dessa diversificação, setores como infraestrutura, agricultura, saúde pública e pesca têm se destacado mais. Entres quatro

setores, o de obras e infraestruturas ganhou maior notoriedade e importância. Sobre isso, o antigo ministro guineense Bernardino Cardoso afirma que as infraestruturas constituem o setor que exige o nível de investimento muito elevado. As infraestruturas rodoviárias no caso concreto da Guiné-Bissau são fundamentais, sobretudo pelo estado em que estas se encontram. Apesar dos apoios chineses a responsabilidade pelas infraestruturas está exclusivamente nos governos guineenses. De igual modo, Julião de Almeida ao comentar esta questão, foi claro ao afirmar que cada país tem a sua prioridade, e a Guiné-Bissau não foge à regra, visto que uma das prioridades do País é exatamente no setor das infraestruturas, e a China sendo um país com muita experiência nesse domínio, a Guiné-Bissau deve e bem aproveitar desta cooperação. É verdade que ao longo de todo o processo histórico da cooperação da China com a Guiné-Bissau, este país asiático sempre priorizou a área de obras e infraestruturas na sua agenda. A relação bilateral entre Pequim e Bissau tem se fortalecido mais no setor de infraestrutura e obras pois a Guiné-Bissau precisava e ainda precisa de espaços e financiamento para ajudar na administração do país. Com isso, nota-se que, a construção de infraestruturas para o desenvolvimento é a chave motora desse país asiático na Guiné-Bissau. Aliás, um elemento importante a fazer menção, além do apoio à manutenção das obras realizadas, o governo chinês tem cooperado com a Guiné-Bissau, de acordo com Ildo Baticã, no equipamento dos hospitais, das escolas e demais estabelecimentos públicos. De 2000 a 2018, o governo do Pequim, através de cooperação bilateral com o governo guineense, investiu um valor estimado em 770 milhões de Franco CFA em equipamentos sanitários e medicamentos no Hospital da Amizade Sino-Guineense (Hospital militar), Segundo uma matéria publicada no jornal O Democrata no dia 29 de Julho de 2018, o Hospital de Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar Principal) tem ajudado muito no combate contra problemas digestivos da população através de aparelhos (vídeo-endoscópico) doados pelo governo chinês. Portanto, tanto o Hospital da Amizade Sino-Guineense como o Instituto Nacional de Saúde, obras construídas pelo governo chinês, estão desempenhando um papel de extrema importância, principalmente durante a pandemia do Covid-19. No Anexo 1é explicado, de forma resumida, o engajamento na construção de infraestruturas e obras pela China na Guiné-Bissau.

Entre outros acordos e projetos de cooperação sino-guineense no campo de Obras e Infraestruturas, está em andamento a construção de novos projetos, a saber:

- Construção de infraestruturas de interesse económico e social;
- Construção de Estrada Buba/Catió;
- Construção de Estrada Quebo/Cacine;
- Construção de 1000 (mil) casas sociais, sendo 500 (Quinhentas) em Bissau e as outras restantes no interior do país;
- Estudo e construção da Ponte sobre o Rio Farim (Farim);
- Construção do Edifício para Comunicação Social (Rádio Nacional e Agência Noticiosa da Guiné-Bissau);
- Construção do Centro de Investigação Pesqueira Aplicada (CIPA).

Não obstante a posição de destaque que tem na agenda de cooperação entre os dois países, o setor de obras e infraestruturas é apenas uma entre muitas outras áreas em que os dois Estados fazem parceria. De acordo com Timóteo Saba M'bundé, a referida cooperação é também muito caracterizada por movimentos financeiros. Tradicionalmente, o país asiático concede somas financeiras ao governo guineense, que geralmente são compensadas por aquisição de licenças de exploração de recursos naturais guineenses pelo PCC. Os recursos financeiros chineses disponibilizados para a Guiné-Bissau também são contabilizados a partir do seu apoio ao orçamento de Estado e empréstimos. A China participa ativamente no financiamento da realização de eleições na Guiné-Bissau.

No âmbito de sua estratégia de política externa para este país, o PCC sempre demonstra disponibilidade quando é solicitada pela República da Guiné-Bissau a cooperar financeiramente, em alguns casos mesmo que o projeto financiado não esteja diretamente relacionado com os programas bilaterais.

5. Relações bilaterais entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular da China

ESTADO DA COOPERAÇÃO BILATERAL ENTRE A REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU E A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Antes de mais, é importante referir que os primeiros indícios da relação entre a Guiné-Bissau e a República Popular da China, ainda que em condições informais no sentido de que a Guiné-Bissau era um país independente, foram estabelecidos na Conferência de Bandung (1955), onde o líder do PAIGC teve oportunidade de encontrar pessoalmente vários líderes revolucionários anti-imperialista, como por exemplo, Ho Chi Minh (Vietnam), e Mao Tsé Tung (China). Apesar desse encontro, a relação entre guineense e chineses não passava de uma relação informal, tendo-se o país asiático comprometido em apoiar Amílcar Cabral e guerrilheiros do partido na luta contra o colonialismo português (SOUSA, 2020).

A relação sino-guineense foi oficialmente estabelecida no dia 15 de Março de 1974, um ano após a proclamação unilateral da independência pelo PAIGC. A China passou de imediato, a concretizar alguns projetos de cooperação, com o novo país soberano recém-independente, firmando a estreitar laços profundos que abrangem diversos setores estratégicos para o desenvolvimento de ambas as partes.

A República Popular da China como maior potência económica emergente, tem sido o promotor principal da “Nova Cooperação para o desenvolvimento”. A China, tem consolidado a sua posição como um parceiro de primeiro plano em matéria de cooperação para o desenvolvimento e da cooperação económica e empresarial à escala planetária. O fato de ser um dos mais importantes parceiros de desenvolvimento dos países africanos, faz da China um parceiro natural e de primeiro plano da Guiné-Bissau nos esforços para a construção e consolidação de parcerias para o seu desenvolvimento económico e social.

Esta realidade deve ser assumida claramente pela governação, incorporada na visão e gestão de parcerias estratégicas e traduzida em quadros prioritários de atuação no plano diplomático e de cooperação para o desenvolvimento. A cooperação bilateral da Guiné-Bissau com a China deve merecer muita atenção e um seguimento permanente, ativo e de elevada qualidade técnica, tendo em conta a sua importância estratégica, a necessidade de elevar os níveis de diálogos político e técnico, a melhoria da capacidade de absorção dos fluxos disponíveis e garantia de maior eficácia da ajuda. Porém, esta abordagem da cooperação bilateral visa, no fundo, o alinhamento com o plano estratégico e, sobretudo, dar nova roupagem e conteúdo a cooperação centrada no desenvolvimento. Os imperativos de desenvolvimento, a visão estratégica que a orienta e a necessidade de melhorar o aproveitamento do potencial que a China coloca a disposição, tornaram obsoleta a abordagem da cooperação focada na construção de infraestruturas para albergar os serviços de instituições públicas. Importa referir que o entendimento pós Cimeira do Fórum é que teria chegado o momento de ser projetado e consumado um grande salto na cooperação bilateral entre os dois Países.

A República Popular da China iniciou as suas relações diplomáticas com a República da Guiné-Bissau em 1974, precisamente, ano em que a Guiné-Bissau tornou-se oficialmente independente do colonizador português. Todavia, o Partido Comunista Chinês (PCC) e a liderança política do partido africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) tiveram primeiros encontros na década de 1960. Assim sendo, as aproximações entre o PAIGC ao PCC tinham como foco principal, ajuda política e ideológica.

O antigo ministro guineense **Bernardino Cardoso** afirma que a referida cooperação entre os dois países, é uma cooperação que tem evoluído sempre bem e sem grandes problemas. Alias, é preciso sublinhar a cooperação entre guineenses e chineses é histórica e prossegue desde o período da luta de libertação para a independência da Guiné-Bissau.

Convém referir que estes dois países partilham as mesmas preocupações quanto as reformas do sistema das nações Unidas e o alargamento do Conselho de Segurança, sem esquecer o seu bom posicionamento face aos problemas da Guiné-Bissau nas Unidas. Cardoso vai ainda mais longe ao sublinhar o fato dessa cooperação incidir-se em áreas como saúde, agricultura, uma área em que a China igualmente tem apoiado e muito a Guiné-Bissau sobretudo na zona leste em termos de diversificação da produção do arroz e introduções de mais técnicos a fim de permitir que a Guiné-Bissau reduzisse a importação do arroz. Também a China tem apoiado este país africano lusófonas infraestruturas rodoviárias.

Segundo Cardoso, esta cooperação é muito diversificada sobretudo em áreas de interesse nacional que coincidem com as prioridades do País. Para ele, a China jogou um papel importante e decisivo na formação dos primeiros cinco (5) comandantes de frentes de guerra do PAIGC, alargou essa possibilidade até ao fim da guerra que durou

11 anos. Durante esse período, este país asiático ofereceu vários equipamentos, tendo treinado as forças revolucionárias em termos de estratégias de guerrilha.

Analisando o estado da cooperação entre estes dois Países, podemos afirmar que se está num bom caminho em conformidade com os quadros apresentados. Como perspectivas, espera-se que a Guiné-Bissau vai continuar a estreitar os laços de amizade e da cooperação com a China, respeitando os princípios da não ingerência nos assuntos internos e também na base da reciprocidade de vantagens.

AS DIFERENTES PERCEÇÕES DOS ATORES NACIONAIS SOBRE A POLÍTICA DA COOPERAÇÃO DA CHINA NA GUINÉ-BISSAU

O ponto de convergência de diferentes opiniões relativamente a Cooperação entre Guiné-Bissau, é de que esta cooperação tem sido benéfica para ambos, ou seja, a República Popular da China tem sido um parceiro importante do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

O antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Guiné-Bissau, **Bernardino Cardoso** *“assegura que tanto na cooperação assim como na política, há sempre interesses subjacentes que muita das vezes não se vê. Mas, comparado com os outros parceiros da cooperação, a referida cooperação não é tão “violenta” entre os dois países visto que há muita componente da ajuda pública ao desenvolvimento e sobretudo não há ingerência política. Embora admitindo que em qualquer cooperação, os países sempre tiram proveito, mas é fundamental que o país tenha a capacidade de valorizar e utilizar convenientemente essas ajudas por forma, ao invés de estar a depender continuamente dessas ajudas, tentando reduzir ou investir em áreas que possam dar independência económica ao país”*.

Cardoso acrescenta ainda que a Guiné-Bissau deve basear a sua política da cooperação com a China nesse princípio, receber ajuda como complemento e fazer ao mesmo tempo com essas ajudas a redução da sua dependência face ao exterior. Cardoso foi ainda mais longe ao admitir que atualmente não há uma ligação direta entre ajuda e a política. Como é sabido, a cooperação nos dias de hoje com outros parceiros sobretudo da Europa, Estados-Unidos está sempre ligada a questão da democracia, direitos humanos, condição extremamente fundamental.

O episódio de rompimento de relações diplomáticas sino-guineenses (1990-1998), motivado pela aproximação Bissau-Taipé, ainda está vivo na memória da República Popular da China e, evidentemente, o país oriental se atenta a esse acontecimento para que a história não se reedite no futuro.

Entretanto, questionado sobre a razão da interrupção das relações diplomáticas entre chineses e guineenses, Bernardino Cardoso *“diz que para os chineses, a China trata-se de um único país (Estado), ou seja, é uma situação especial porque a China definiu claramente que qualquer Estado que estabelece relações com Taiwan, era visto como*

um insulto para a própria China, o que significa a clara violação dos princípios estabelecidos pelos chineses como fundamentais. Igualmente reconhece que uma das razões que levou a Guiné-Bissau a precipitar-se em estabelecer relações de cooperações com o Taiwan foi o fato desse ser um país de revelação em termos de crescimento económico”.

Devemos dizer que a relação entre a Guiné-Bissau e China foi sempre construída na base da solidariedade, amizade e respeito mútuos e tem grandes chances de conhecer o seu aprofundamento. Ao responder a mesma questão, o sociólogo em estudos da cooperação e do desenvolvimento, **Abdulai Keita** foi claro ao afirmar que “*as autoridades guineenses devem saber definir objetivamente as suas prioridades a curto e longo prazo e fazer essa cooperação incidir sobre as mesmas.*

Outro desafio consiste na; utilização eficiente e eficaz da ajuda chinesa, ou seja, valorizar ao máximo as ajudas que a Guiné-Bissau recebe deste país asiático, e fazer com que essas ajudas produzam efeitos positivos. Ele acrescenta que a China não oferece infinitamente ajudas sem contrapartida, por isso é preciso que essa contrapartida seja bem estudada e cuidada”.

Para **Muniro Conté**, “*vai ser difícil a Guiné-Bissau divorciar-se da China, dada a cumplicidade histórica que existe entre os dois países. Alias, a China sempre deu um contributo enorme no passado a este país africano. Conté considera que é importante melhorar os níveis da referida cooperação”.*

Os entrevistados foram todos unânimes em afirmar que a cooperação sino-guineense está essencialmente centrada no domínio da construção das obras e infraestruturas, pois a China sempre que foi chamada responde a demanda guineense, executando os projetos e entregando as chaves ao concluí-los, sem colocar os recursos financeiros nas mãos dos governantes. Portanto, a Guiné-Bissau não pode de forma alguma descartar a China, contudo, é preciso melhorar os níveis dessa cooperação.

ASPETOS FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DA COOPERAÇÃO CHINESA NA GUINÉ-BISSAU

A China prioriza nitidamente a área de obras e infraestruturas na sua agenda de cooperação com a Guiné-Bissau, tendo sido constatável esse fato ao longo de todo o processo histórico da cooperação sino-guineense. Ou seja, desde o segundo momento histórico da política externa chinesa para a Guiné-Bissau (década de 1980), quando a China construiu hospital regional de Canchungo e estádio nacional 24 de Setembro, o país asiático tem dado prioridade ao setor de obras e infraestruturas nas suas relações com a Guiné-Bissau. Embora o setor de infraestruturas tenha maior importância indiscutível na sua agenda de cooperação para o desenvolvimento, campos de saúde, educação, agricultura, entre outros, são também considerados importantes nas relações de cooperação sino-guineense.

O fato é que a Guiné-Bissau não foge a regra, sendo que a política chinesa de cooperação, em praticamente toda a África, volta a sua atenção para esse domínio (RYSYDYK, 2010; BRATIGAM, 2011). Alias, pode-se afirmar que a construção de infraestruturas pelo governo chinês na África em troca de petróleo, concessões para exploração de recursos florestais (madeira), exploração de recursos pesqueiros e outros tipos de recursos naturais, dependendo do caso de cada país, é uma estratégia de política externa desse gigante da Ásia oriental. A política de cooperação chinesa para a Guiné-Bissau está fundamentalmente baseada em construção de infraestruturas, na concessão de recursos financeiros por recebimento de licenças de exploração de recursos marítimos e recursos florestais. Saliente-se que, de acordo com a sua política de cooperação, a China coopera somente com seus pares e com autoridades governamentais. Importa igualmente referir que a política de cooperação chinesa em todas as regiões do mundo, na África particularmente, caracteriza-se fundamentalmente pelo princípio de *win-win*, ou seja, as duas partes dão e recebem algo em troca (HONG-MING, 2004; RYSYDYK, 2010; BRAUTIGAM, 2011; MILANI; CARVALHO, 2013).

De acordo com o sistema de cooperação sino-guineense, o PCC também desenvolve esforços de parceria em outros setores, conforme a demanda do seu congêneres. Todavia, pode-se dizer em alguma medida que as outras áreas representam pouco em comparação à oferta chinesa no setor de infraestruturas. Não é uma coincidência a priorização do referido setor nas relações de cooperação sino-africana, particularmente nas relações sino-guineenses, mesmo sendo verdade que a China procura corresponder com as demandas formalizadas pelo governo guineense. Wang Hua assegura que a China Popular redobra os esforços para responder às demandas do governo de Bissau, sublinhando que praticamente todos os programas desenvolvidos decorreram em resposta às demandas locais. Porém, por outro lado, existe uma economia política rentável à China quando coopera no setor de infraestruturas, a se levar em consideração.

Conforme o Conselho de Estado da República Popular da China, o governo adota três eixos de concessão de assistência internacional (no âmbito da cooperação Sul-Sul), que se alterem de acordo com o volume de cooperação e o propósito chinês no país receptor (País cooperante): a assistência gratuita, o empréstimo sem juros e o empréstimo preferencial. A assistência gratuita é resultante de projetos de cooperação de pequeno porte, fundamentalmente a ajuda humanitária e cooperação técnica, comporta 36,2% da cooperação chinesa. O empréstimo preferencial é o principal eixo da cooperação chinesa, sendo responsável por 55,7% do total da cooperação Sul-Sul do país asiático, e está fundamentalmente baseado em projetos de infraestrutura de médio e grande portes e equipamentos materiais, elétricos e mecânicos. Os apenas 8,1 % de cooperação por empréstimo sem juros não são uma coincidência. Isso ocorre em função de pouca cooperação que a China oferece no campo de instituições formais e de boa governança-envolvimento nesse campo, de modo mais efetivo, significaria ingerência chinesa, algo que é tradicionalmente vetado pela doutrina de sua política externa da China, que podem ser resumidos em não ingerência nos assuntos internos de outros países.

Portanto, naturalmente a cooperação sino-guineense desdobra-se mais em formas de assistência gratuita por exemplo, doação de alimento e apoio financeiro para a realização de eleições e de empréstimo preferencial. Importa sublinhar que a cooperação chinesa do tipo empréstimo preferencial é a principal modalidade da qual se orientam os acordos de construção de infraestruturas guineenses, o principal setor de cooperação sino-guineense. O sociólogo guineense em estudos da cooperação e do desenvolvimento, **Abdulai Keita**, “*afirma que a política chinesa no domínio da cooperação é geral a todos os países, Keita foi ainda mais longe e afirmou que a Guiné-Bissau deve conhecer a profundidade das necessidades locais a curto e longo prazo*”.

Podemos, no entanto, dizer que, a incidência de cooperação sino-guineense nesse setor é resultado de um comportamento político-estratégico bem definido pelo governo de Pequim e conduzido com base em padrões de eficiência. Quando este país asiático não entra com infraestruturas, geralmente o faz por intermédio de fundos disponibilizados (cash), financiando o governo da Guiné-Bissau, entre a construção de infraestruturas e a concessão financeira, mormente quem faz escolha é a parte cooperante beneficiária. A opção pela concessão financeira é, em linha gerais, de curto e médio prazos, ao passo que os projetos de infraestruturas tendem a ser de longo prazo, no mínimo de médio prazo, isso em termos comparativos.

É perceptível a estratégia chinesa de recurso à citação de fatos históricos de amizade sino-guineense e da memória da luta armada na Guiné-Bissau, para falar de suas relações. A contribuição chinesa para a independência do país na década de 1970 é essencialmente mencionada do argumento diplomático, a fim de exprimir e elevar ao nível mais alto as relações sino-guineenses, trazendo a memória histórica como fonte de legitimação. Dito de outra forma, é um mecanismo diplomático fascinante de colocar a China como parceira especial da Guiné-Bissau nas dinâmicas da cooperação internacional para o desenvolvimento, particularmente da cooperação Sul-Sul.

RELAÇÕES ECONOMICAS E COMERCIAIS ENTRE A GUINÉ-BISSAU E CHINA

A China é atualmente a segunda maior economia do mundo, com PIB total alcançado em 14,758.612 M€ em 2022. Essa posição refere-se principalmente ao peso da economia do país no comércio mundial. Responsável por 8,1% do fluxo comercial global, a China vem ao longo dos últimos anos afirmando-se como superpotência exportadora e também como grande importadora mundial, principalmente de produtos primários. O comércio externo tem sido um pilar fundamental do crescimento económico deste país asiático desde o período de transição, no início dos anos 80, quando Deng Xiaoping implementa uma série de reformas económicas, incluindo a criação de Zonas Especiais.

Nos últimos anos, no contexto da recuperação fraca da economia mundial e das contradições estruturais domésticas acumuladas durante longo tempo, a evolução da

economia chinesa tem-se mantido num nível razoável, conseguindo a sua transformação e atualização no crescimento estável. A velocidade de crescimento da economia chinesa posiciona-se nos primeiros lugares entre as maiores economias do mundo, e a sua taxa de contribuição para o crescimento económico mundial tem se mantido num nível superior a 25%.

A economia chinesa tem grandes potenciais, fortes vantagens e amplo espaço, temos toda a capacidade de manter um crescimento económico de média e alta velocidade, rumo a um nível médio e topo gama. Graças à abertura ao exterior, a China conquistou no passado enormes empreendimentos no seu desenvolvimento.

É importante destacar que, entre os países em desenvolvimento, os países africanos vêm se apresentando ao longo dos últimos anos como grandes parceiros comerciais da China. Principalmente a partir de 2000 a exportação africana para a China tem aumentado substancialmente, contribuindo para a expansão das rendas de exportação de diversos países do continente.

No caso específico da Guiné-Bissau, convém recordar que as trocas comerciais entre a China e a Guiné-Bissau têm história longa desde 1974, ano em que foram iniciadas as relações diplomáticas. Essas relações se estendem nas áreas económicas, técnicas e comerciais.

Atualmente, os dois países assinaram acordos económicos e de cooperação tecnológica, cultura, pesca e de cooperação de tecnológicas médicas, etc. A assistência ao desenvolvimento é o foco da cooperação económica e comercial entre os dois países. Se tornaram grandes referências no país os hospitais, escolas, estádios, edifícios judiciais, edifícios do governo, entre outros, assistidos pela China na Guiné-Bissau.

A cooperação médica e agrícola entre os dois países efetivamente promoveu o desenvolvimento na indústria da saúde na Guiné-Bissau e melhorou grandemente o nível das tecnológicas de cultivo de grãos locais, que foi bem recebida pelo público da Guiné-Bissau. No momento, convém referir que a China é a sexta maior parceira comercial da Guiné-Bissau. E por sua vez, a Guiné-Bissau é a fonte da indústria de pesca marítima da China. Este país lusófono da África expandiu suas exportações para a China de simplesmente caju à madeira, produtos de pesca, mel e areia de titânico, etc.

De referir que a Guiné-Bissau foi o primeiro país do mundo a assinar com a China acordos de cooperação no setor da pesca e águas profundas. Há prospetos para o incremento cooperativo quando se verifica suas possibilidades em relação a recursos minerais como fosfato, bauxita e petróleo. Apesar de o comércio bilateral ter ainda um longo caminho pela frente, a China já se figurava entre os principais destinos das exportações guineenses, respondendo por 4,2% de seu total, em 2004. Verifica-se que a China pode construir-se em bom parceiro comercial quando se leva em conta as recentes altas demandas por *commodities*. O comércio sempre tem sido uma dimensão que entra no rol da cooperação internacional para o desenvolvimento chinesa.

A verdade é que no caso guineense, há poucos fluxos de importação. Porém, a China exporta para a Guiné-Bissau alguns produtos têxteis, eletromecânicos e cereais, e nesta relação comercial, a balança desequilibra-se muito favoravelmente ao país asiático. Em termos da presença comercial, existe um número pouco considerável de comerciantes chineses na Guiné-Bissau, proprietários de pequenas lojas em Bissau.

Um dos motivos de não haver muita presença comercial da China no território guineense deve-se à relativa insipiência do mercado consumidor do país africano e a um debilitado setor privado. De referir que, a maioria dos imigrantes chineses que agora chega está a Guiné-Bissau, cuja grande parte exerce pequeno comércio, chega a Guiné-Bissau depois de passar algum tempo em Cabo-Verde, onde o mercado já está saturado de produtos chineses.

Ao que tudo indica, a má qualidade dos indicadores sociais, que remontam a dados como expectativa de vida, mortalidade infantil, alfabetização e nível de pobreza, são grandes obstáculos ao alcance de bons níveis de desenvolvimento económico-social. Segundo o FMI, a economia e as instituições governamentais da Guiné-Bissau permanecem “extremamente frágeis”, as receitas públicas insuficientes e o governo dependente de ajuda externa para responder aos compromissos financeiros.

Um país que deseja superar baixos índices económico-sociais, deve tirar proveito da incursão chinesa e incorrer em medidas que permitam realizar os potenciais existentes. A Guiné-Bissau é um dos poucos países da África em condições de exportar alimentos, como castanha de caju, peixes e algodão, e as reservas de petróleo em sua plataforma marítima poderão, eventualmente, trazer os recursos tão necessitados. Todavia, é preciso sublinhar as plataformas sino-africanas de cooperação e comércio sinalizam de maneira inequívoca a importância que a política externa do PCC atribui à África, particularmente a Guiné-Bissau na sua estratégia de contínuo crescimento económico, neste novo milénio.

A “irrupção da investida comercial e da cooperação chinesa no continente africano acompanha o acelerado crescimento económico dessa potência oriental, na primeira década dos anos 2000, especialmente a partir da liderança de Hu Jintao. Foi justamente a partir dessa época que as relações de cooperação sino-guineense foram intensificadas e ampliadas. Convém recordar que, desde o primeiro momento de sua aproximação ao continente africano, o país oriental claramente priorizou desenvolver e fortalecer relações políticas e ideológicas com os países africanos que haviam se tornado independentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim desse trabalho, tiramos a conclusão que para muitos estudiosos, o sucesso da cooperação Sino-África depende basicamente das prioridades que os governantes africanos forem a escolher. Sendo os africanos os principais beneficiários da cooperação com a China, têm de começar a olhar para os novos desafios, vendo os eventuais desafios que os países africanos possam explorar, sobretudo as infraestruturas rodoviárias, reforçar áreas da educação e saúde, formando mais quadros e equipando as instituições.

A China é uma alternativa porque não impõe condições na cooperação tal como o ocidente faz, mas é necessário que a África procure capitalizar este novo modelo de cooperação para poder tirar vantagens e evitar que fracasse, tal como vem acontecendo na cooperação com os atores tradicionais (ocidente). É necessário que os investimentos chineses em infraestruturas sejam direcionados para aquelas infraestruturas que garantem o desenvolvimento do continente.

A relação sino-africana e em particular a sino-guineense, pode ser entendida como uma relação de dependência, isto, porque o continente africano é um grande produtor de matérias-primas e a China uma gigante de tecnologias avançadas enviadas para este continente para exploração de recursos minerais. No que diz respeito ao envolvimento desde país asiático com os países da África, Pequim tem se mostrado um ator ativo nas relações com o continente africano.

Outro facto importante que é preciso sublinhar é que em termos económicos, os chineses têm respondido aos ensejos dos Estados africanos com muito mais rapidez do que os parceiros Ocidentais costumeiramente lentos, e burocráticos. Os países africanos, assim, têm podido construir estradas, hospitais e todo o tipo de infraestrutura necessária, em tempo recorde, estimulando o crescimento económico e seu próprio desenvolvimento.

No caso específico da Guiné-Bissau, a relação iniciou-se na década de 1960, altura em que o país africano se preparava para iniciar a luta pela independência contra o colonialismo português. A China é um parceiro de peso incontornável para aquilo que é a realidade da economia guineense, mas ao mesmo tempo da política externa guineense, exemplo de várias infraestruturas que foram construídas na Guiné-Bissau com recurso ao financiamento chinês. Logo após a independência, em 1973, no país africano encontrava-se numa profunda necessidade de edifícios para o exercício das suas atividades políticas, administrativas e outras que facilitam a prossecução dos interesses públicos. A necessidade de infraestruturas direcionou a cooperação com a China para esta área que tem desde então marcado a cooperação sino-guineense. É importante referir que além dos benefícios de capital resultantes das suas relações com a Guiné-Bissau, a política externa de Pequim tem desenvolvido ações claras com vistas à acumulação de maior capital simbólico possível na República da Guiné-Bissau.

Todavia, o regime internacional da cooperação internacional para o desenvolvimento busca universal os padrões de comportamento dos países, sempre haverá fronteiras entre o interno e o externo, entre interesses nacionais e interesses internacionais. Nesse quadro, a Guiné-Bissau deve buscar equilíbrio, adotando postura de um ativo e reativo simultaneamente, em conformidade com os interesses nacionais e internacionais democráticos.

A China sempre esteve ao lado da Guiné-Bissau, mesmo durante os momentos mais difíceis, e, ao que tudo indicia, tem e terá sempre uma atenção especial do povo e do Governo guineenses no processo de cooperação para o desenvolvimento. As realizações da cooperação chinesa na Guiné-Bissau nos últimos anos testemunham a singularidade.

Desta cooperação, focada não nas condicionalidades políticas, mas sim no desenvolvimento social e económico e na reciprocidade de vantagens.

Há um provérbio português dizendo que “Os amigos verdadeiros são para sempre”. Os chineses também costumam dizer que “Na longa distância se conhece a força de um cavalo, no decorrer do tempo; se conhece o coração de uma pessoa”. As práticas já comprovaram e continuarão a comprovar que a China e a Guiné-Bissau são amigos do peito e parceiros confiáveis, e denota-se claramente que a importância da Guiné-Bissau para a China não se restringe apenas à exploração de recursos naturais, mas abrange também o nível político-diplomático.

Não obstante, reconhecemos que os interesses chineses por recursos naturais, apoiados numa política de *soft power* beneficiam sobretudo a Guiné-Bissau.

BIBLIOGRAFIA

AMPAGATUBÓ, J. (2018). *Pressupostos e significado do Golpe de Estado de 1998-1999 na Guiné-Bissau*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ULHT, 2008.

ARRIGHI, GIOVANNI (2022). *A crise africana: aspetos regionais e sistémicos do mundo*. In: *Institute for Global Studies. The political economy of Africa revisited*. Baltimore: Johns Hopking University.

BRAUTIGAM, D. (2011) *Aid with Chinese characteristics: Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC AID regime*. *Journal of International Development*. V.23, n.5,p.752-764.

BURNELL, PETER. J (2004) *The domestic political impact of foreign aid: recalibrating the research agenda*. University of Warwick Institutional Repository.

CARDOSO, C (1995). *A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil*. Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

CARVALHO, R. O. (2010) *Que democracia? - O processo de transição política guineense e a atuação das Forças Armadas na condução da política nacional (1994-2009)*. Teresina: Universidade Federal do Piauí.

CUCO, A.F. (2016) *A China é uma boa alternativa de cooperação para África?* Vol. 10 CUADERNOS DE H IDEAS.

CIDENTAL DE ASSISTÊNCIA À REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, Documento de design aprofundado, Novembro 2018.

CRUZ, F.(2011) *Independência e auto-suficiência: a Política Externa da República Popular da China entre 1957 e 1965*. Universidade Nova de Lisboa.

CRUZ, J.(2007) *O Programa de ajustamento Estrutural na República da Guiné-Bissau: uma avaliação política e ética*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

DENARP. GUINÉ-BISSAU (2011): segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução de Pobreza.

DIREÇÃO-GERAL DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E URBANISMO DA GUINÉ-BISSAU, acesso em: 21 Fevereiro 2022.

DIREÇÃO GERAL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA GUINÉ-BISSAU (Outubro, 2013) - *Memorando de Cooperação coma República Popular da China*, Bissau.

INFANDE, B.(2020) *Relações Económicas e Comerciais entre a China e o continente africano: O Caso da Guiné-Bissau na Área de Infraestrutura*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusófona Afro-Brasileira, São Francisco do Conde.

Gabinete de imprensa do Conselho de Estado da República Popular da China (2014). *ASSISTÊNCIA DA CHINA AO EXTERIOR*: Edições em Línguas Estrangeiras Com. Ltda. Beijing, China.

HONG-MING, Z.(2004) A política chinesa em África. In: BELUCE, Bellucci. *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: CEEA.

HONG MING, Z.(2004) - *A Política Chinesa na África*, Rio de Janeiro.

LANCASTER, C. (2007) *Foreign aid diplomacy, development, domestic politics*. Chicago: The University of Chicago.

LEITE, I. C.(2012) *Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos*. Observatório Político Sul-Americano (IESP/UERJ) V.7,n.3 p.40.

MAPA DE GUINÉ-BISSAU Disponível em: <https://pt.dreamstime.com-stock-mapa-de-Guiné-Bissau-imagem>.

MAPA DAREPÚBLICA POPULAR DA CHINA Disponível em: <https://pt.dreamstime.com/foto-de-stock-China-mapa-image>.

MENDES DE CARVALHO, Apolinário (2011): *Política Externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas Relações Internacionais, Diplomacia e Cooperação Internacional*, Bissau.

MENDES, C.A. (Junho 2010) *A China e a Cooperação Sul-Sul*, Lisboa.

MENEZES, G. R. (2013). *As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

M'BUNDE, T.S. (2018) - *As Políticas Externas Brasileira e Chinesa para a Guiné-Bissau em Abordagem Comparada (1974-2014)*. Rio de Janeiro. Gramma.

NANAHIRA DE RABELO E SANT' ANNA, (2008) *A China e os Palop: Uma análise das relações sino-africanas com enfoque nos Países de língua portuguesa*, Brasília.

PROJETO DA SEÇÃO DE BISSAU À SAFIM DA ESTRADA COSTEIRA DA ÁFRICA, ASSISTENCIA Á REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, Documento de design aprofundado, Novembro 2018.

PUENTE, C. (2010) *A Cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento (CTPD) no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG.

- RUDEBECK, LARS. (2010) *Colapso e reconstrução política da Guiné-Bissau 1998-2000: um estudo de democratização difícil*. Uppsala: The Nordic África Institute.
- RYSDYK J. (2010) *Política externa chinesa para a África*: Porto alegre: UFRS.
- SANGREMAN, C. (2006) et al. *A evolução política recente na Guiné-Bissau As eleições presidências de 2005: Os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Lisboa: CESA.
- SILVA, E.L. MENEZES, E. M. (2005) *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. Florianopolis: UFSC.
- TAN, C. (2010) The new disciplinary framework: conditionality, new aid architecture and global economic governance. In: FAUNDEZ, J.; TAN, C. (Eds.). *International Law, Economic Globalization and Developing Countries*. Edward Elgar.
- TEIXEIRA, R. J.D. (2015) Cabo-Verde e Guiné-Bissau. *As Relações entre a Sociedade Civil e o Estado-Recife*: ed. Autor.
- RIBEIRO, V.L.- (2015) *A Expansão Chinesa na África: Comércio, Investimentos e Fluxos Financeiros*. Textos de economia, Florianópolis.

Anexos

Anexo 1: Obras e Infraestruturas realizadas na Guiné-Bissau pelo governo da China

Projetos	Realização	Financiador	Beneficiário	Ano de construção	Montante
Estádio Nacional 24 de Setembro	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1987	-
Hospital regional de Canchungo	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	1980	-
Edifício da Assembleia Nacional Popular	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2001	-
Onze edifícios residentes de ex-combatentes	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	-
Palácio do Governo	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2010	US\$ 25 milhões
Escola Nacional de Saúde	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2008	Us\$15 milhões
Instituto Nacional de Saúde	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2013	US\$ 10 milhões
Hospital de Amizade Sino-Guineense (Hospital Militar)	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2009	US\$ 12 milhões
Residências para oficiais das Forças Armadas	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2000	-
Reabilitação do Palácio da República	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	US\$ 7,5 milhões
Reabilitação do Estádio Nacional 24 de Setembro	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2012	Us\$15 milhões
Construção do Porto Alto de Bandim	Governo da China	Governo da China	Governo da Guiné-Bissau	2017	Us\$26 milhões

Fonte: Direção-geral de Habitação e Urbanismo do Ministério das Obras Públicas da Guiné-Bissau, 2022.

Anexo 2: Guião de Entrevista

Relação dos Entrevistados e suas funções

1	Bernardino Cardoso	Docente na Universidade Jean Piaget Guiné-Bissau. Antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros	Bissau, 20-01-2022
2	Muniro Conté	Secretário para comunicação e informação do PAIGC	Bissau, 22-02-2022
3	Julião de Almeida	Diretor de serviço da cooperação bilateral	Bissau, 09-03-2022
4	Mário João Falcão	Diretor de serviço de edificações e controlo técnico do Ministério das Obras Públicas	Bissau, 10-03-2022
5	Abdulai Keita	Responsável para os assuntos políticos do PAIGC na Diáspora	Bissau, 15-03-2022
6	Braima Djassi	Diretor-Geral das Obras Públicas da Guiné-Bissau	Bissau, 16-03-2022
7	Moises Lopes dos Santos	Chefe de gabinete da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação Internacional e das Comunidades	Bissau, 19-03-2022

Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente, entre os meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2022.